

RELATÓRIO E CONTAS
2012

Volume 2

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS



RELATÓRIO E CONTAS
2012

Volume 2

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS

ÍNDICE

01 **Demonstrações financeiras consolidadas**

- 6 **Demonstração dos resultados consolidados**
- 7 **Demonstração do rendimento integral consolidado**
- 8 **Balanço consolidado**
- 9 **Demonstração das alterações no capital próprio consolidado**
- 10 **Demonstração dos fluxos de caixa consolidados**

02 **Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas**

- 12 **II.1 Políticas contabilísticas**
- 31 **II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas**
- 35 **II.3 Segmentos Operacionais**
- 37 **II.4 Notas à demonstração dos resultados consolidados**
- 37 Nota 1 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro
- 38 Nota 2 – Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços
- 39 Nota 3 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro
- 40 Nota 4 – Variação da Provisão matemática e outras provisões técnicas, líquidas resseguro
- 41 Nota 5 – Custos e gastos de exploração líquidos
- 42 Nota 6 – Rendimentos
- 42 Nota 7 – Gastos financeiros
- 42 Nota 8 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas
- 43 Nota 9 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas
- 43 Nota 10 – Diferenças de câmbio
- 43 Nota 11 – Imparidade de outros ativos (líquida de reversões) e variação de outras provisões
- 44 Nota 12 – Outros rendimentos/gastos técnicos e não técnicos, líquidos de resseguro
- 44 Nota 13 – Custos e gastos por natureza a imputar
- 46 **II.5 Notas ao balanço consolidado**
- 46 Nota 14 – Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem
- 46 Nota 15 – Ativos financeiros detidos para negociação
- 47 Nota 16 – Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas
- 47 Nota 17 – Ativos financeiros disponíveis para venda
- 48 Nota 18 – Empréstimos e contas a receber
- 48 Nota 19 – Investimentos a deter até à maturidade

49	Nota 20 – Terrenos e edifícios de rendimento
49	Nota 21 – Outros ativos tangíveis
50	Nota 22 – Goodwill e Outros ativos intangíveis
51	Nota 23 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro
55	Nota 24 – Benefícios a empregados
60	Nota 25 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações
61	Nota 26 – Impostos correntes e Impostos diferidos
63	Nota 27 – Acréscimos e diferimentos
63	Nota 28 – Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento
63	Nota 29 – Outros passivos financeiros
64	Nota 30 – Outros credores por operações de seguros e outras operações
64	Nota 31 – Acréscimos e diferimentos
65	Nota 32 – Outras Provisões
66	II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio consolidado
66	Nota 33 – Capital, reserva legal, resultados transitados e reserva de justo valor
68	II.7 Informação adicional ao reporte por segmentos
68	Nota 34 – Conta técnica Não Vida por ramo
69	Nota 35 – Conta técnica do ramo Vida por produto
70	II.8 Outras notas
70	Nota 36 – Transações com partes relacionadas
71	Nota 37 – Ativos sob gestão
72	Nota 38 – Gestão de riscos
94	Nota 39 – Justo valor
95	Nota 40 – Passivos contingentes e compromissos
96	Nota 41 – Demonstrações financeiras individuais da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.
97	Nota 42 – Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de bailout
98	Nota 43 – Normas contabilísticas recentemente emitidas

03 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

108 Exercício de 2012

04 Relatório do Revisor Oficial de Contas

112 Certificação Legal das Contas Consolidadas

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS**

Demonstração dos resultados consolidados

EUR	Nota	2012				2011			
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	1	285.479.350	204.064.770	—	489.544.120	312.100.782	203.294.567	—	515.395.349
Prêmios brutos emitidos		311.346.141	240.245.577	—	551.591.718	338.652.381	237.258.790	—	575.911.171
Prêmios de resseguro cedido		(25.866.791)	(36.575.769)	—	(62.442.560)	(26.551.599)	(36.436.312)	—	(62.987.911)
Provisão para prêmios não adquiridos (variação)		—	2.891.711	—	2.891.711	—	4.475.655	—	4.475.655
Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		—	(2.496.749)	—	(2.496.749)	—	(2.003.566)	—	(2.003.566)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2	48.535.594	—	—	48.535.594	63.024.243	—	—	63.024.243
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	3	(692.665.508)	(142.121.031)	—	(834.786.539)	(955.618.482)	(142.617.242)	—	(1.098.235.724)
Montantes pagos		(712.549.480)	(139.235.134)	—	(851.784.614)	(938.574.316)	(139.382.317)	—	(1.077.956.633)
Montantes brutos		(726.801.369)	(148.685.280)	—	(875.486.649)	(952.336.652)	(151.225.590)	—	(1.103.562.242)
Parte dos resseguradores		14.251.889	9.450.146	—	23.702.035	13.762.336	11.843.273	—	25.605.609
Provisão para sinistros (variação)		19.883.972	(2.885.897)	—	16.998.075	(17.044.166)	(3.234.925)	—	(20.279.091)
Parte dos resseguradores		20.103.828	(2.478.032)	—	17.625.796	(17.044.166)	(4.653.184)	—	(21.697.350)
Parte dos resseguradores		(219.856)	(407.865)	—	(627.721)	—	1.418.259	—	1.418.259
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4	—	(397.090)	—	(397.090)	—	210.152	—	210.152
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	4	433.485.820	—	—	433.485.820	648.356.754	—	—	648.356.754
Montante bruto		433.565.396	—	—	433.565.396	648.232.584	—	—	648.232.584
Parte dos resseguradores		(79.576)	—	—	(79.576)	124.170	—	—	124.170
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4	(44.874.233)	(462.000)	—	(45.336.233)	(54.439.062)	(601.419)	—	(55.040.481)
Custos e gastos de exploração líquidos	5	(53.764.441)	(47.324.620)	—	(101.089.061)	(64.366.734)	(46.201.762)	—	(110.568.496)
Custos de aquisição		(45.833.339)	(35.246.531)	—	(81.079.870)	(57.540.610)	(34.243.681)	—	(91.784.291)
Custos de aquisição diferidos (variação)		—	(183.484)	—	(183.484)	—	(749.467)	—	(749.467)
Gastos administrativos		(17.571.895)	(23.898.695)	—	(41.470.590)	(16.676.169)	(23.448.397)	—	(40.124.566)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		9.640.793	12.004.090	—	21.644.883	9.850.045	12.239.783	—	22.089.828
Rendimentos	6	150.489.232	4.142.487	15.061.686	169.693.405	194.437.868	5.057.318	18.609.528	218.104.714
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		150.489.232	4.142.487	15.061.686	169.693.405	194.437.868	5.057.318	18.609.528	218.104.714
Outros		—	—	—	—	—	—	—	—
Gastos financeiros	7	(17.974.167)	(835.401)	(416.249)	(19.225.817)	(24.410.036)	(1.010.444)	(1.964.825)	(27.385.305)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(17.289.059)	(835.401)	(416.249)	(18.540.709)	(21.544.464)	(1.010.444)	(1.962.170)	(24.517.078)
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(685.108)	—	—	(685.108)	(2.865.572)	—	(2.655)	(2.868.227)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	8	11.866.170	(99.059)	32.283	11.799.394	(10.259.028)	325.523	(1.359.277)	(11.292.782)
De ativos disponíveis para venda		11.866.170	(99.059)	32.283	11.799.394	(10.705.634)	325.523	(1.359.277)	(11.739.388)
De empréstimos e contas a receber		—	—	—	—	446.606	—	—	446.606
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	9	2.087.614	—	4.881.778	6.969.392	5.641.345	—	(695.433)	4.945.912
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação		313.352.713	—	—	313.352.713	155.287.751	—	—	155.287.751
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		(311.265.099)	—	4.881.778	(306.383.321)	(149.646.406)	—	(695.433)	(150.341.839)
Diferenças de câmbio	10	132.441	—	—	132.441	(863.995)	—	—	(863.995)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	11	(76.801)	—	(1.914.844)	(1.991.645)	(102.300.981)	(1.120.443)	(2.549.307)	(105.970.731)
De ativos disponíveis para venda		(76.801)	—	—	(76.801)	(102.300.981)	(1.120.443)	(1.555.293)	(104.976.717)
De outros		—	—	(1.914.844)	(1.914.844)	—	—	(994.014)	(994.014)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	12	(23.071.954)	116.529	—	(22.955.425)	(26.046.067)	176.368	—	(25.869.699)
Outras provisões (variação)	11	—	—	320.000	320.000	—	—	—	—
Outros rendimentos/gastos	12	—	—	3.707.213	3.707.213	—	—	6.457.402	6.457.402
Resultado líquido antes de impostos		99.649.117	17.084.585	21.671.867	138.405.569	(14.743.393)	17.512.618	18.498.088	21.267.313
Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes	26	—	—	(28.951.969)	(28.951.969)	—	—	(8.123.820)	(8.123.820)
Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos	26	—	—	(15.761.230)	(15.761.230)	—	—	3.268.979	3.268.979
Resultado líquido do exercício		99.649.117	17.084.585	(23.041.332)	93.692.370	(14.743.393)	17.512.618	13.643.247	16.412.472

Demonstração do rendimento integral consolidado

EUR	2012	2011
Resultado líquido do exercício	93.692.370	16.412.472
Alterações de justo valor, líquidas de impostos		
Reservas de reavaliação, bruto	448.149.228	(288.790.052)
Impostos diferidos e correntes	(138.449.997)	73.581.004
	309.699.231	(215.209.048)
Demonstração do rendimento integral do ano	403.391.601	(198.796.576)

OI

Demonstrações
financeiras
consolidadas

Balanço consolidado

EUR	Nota	2012	2011
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	14	139.303.695	213.549.355
Ativos financeiros detidos para negociação	15	209.580.274	98.527.808
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	16	5.506.155.071	4.635.086.256
Ativos disponíveis para venda	17	4.345.681.771	4.525.172.465
Empréstimos e contas a receber	18	511.694.670	769.753.833
Outros depósitos		511.694.670	769.753.833
Investimentos detidos até à maturidade	19	697.845.383	670.543.275
Terrenos e edifícios de rendimento	20	4.656.008	4.879.664
Outros ativos tangíveis	21	1.361.843	1.297.866
Inventários		18.650	18.650
Goodwill	22	315.740.469	315.740.469
Outros ativos intangíveis	22	191.519.840	215.037.765
Provisões técnicas de resseguro cedido	23	18.468.161	21.672.208
Provisão para prémios não adquiridos		7.635.677	10.132.426
Provisão matemática do ramo vida		769.515	849.091
Provisão para sinistros		10.062.969	10.690.691
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	24	4.486.920	3.836.588
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	25	27.495.080	37.416.649
Contas a receber por operações de seguro direto		15.473.551	14.371.789
Contas a receber por outras operações de resseguro		8.012.820	9.924.114
Contas a receber por outras operações		4.008.709	13.120.746
Ativos por impostos	26	47.009.079	163.714.215
Ativos por impostos correntes		24.756.596	26.421.656
Ativos por impostos diferidos		22.252.483	137.292.559
Acréscimos e diferimentos	27	1.743.604	1.900.509
Total ativo		12.022.760.518	11.678.147.575
Provisões técnicas	23	4.675.333.789	5.091.130.205
Provisão para prémios não adquiridos		35.800.096	38.508.323
Provisão matemática do ramo vida		4.453.507.130	4.844.968.796
Provisão para sinistros		133.850.773	152.455.830
De vida		35.899.587	56.089.209
De acidentes de trabalho		23.022.501	20.986.230
De outros ramos		74.928.685	75.380.391
Provisão para participação nos resultados		46.941.812	50.360.368
Provisão para desvios de sinistralidade		885.923	825.902
Provisão para riscos em curso		4.348.055	4.010.986
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	28	5.786.791.790	5.266.382.493
Outros passivos financeiros	29	13.485.536	228.135.652
Depósitos recebidos de resseguradores		13.485.536	15.611.083
Outros		—	212.524.569
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	24	545.191	431.319
Outros credores por operações de seguros e outras operações	30	47.685.239	55.845.546
Contas a pagar por operações de seguro direto		11.434.722	20.577.867
Contas a pagar por outras operações de resseguro		4.778.913	7.581.069
Contas a pagar por outras operações		31.471.604	27.686.610
Passivos por impostos	26	130.979.303	69.525.771
Passivos por impostos correntes		76.997.874	8.475.925
Passivos por impostos diferidos		53.981.429	61.049.846
Acréscimos e diferimentos	31	12.965.392	14.705.241
Outras Provisões	32	5.294.797	5.703.467
Total passivo		10.673.081.037	10.731.859.694
Capital		1.000.002.375	1.000.002.375
Reservas de reavaliação		(146.273.472)	(594.422.700)
Reserva por impostos diferidos e correntes		12.849.868	151.299.865
Outras reservas		8.187.297	7.717.054
Resultados transitados		381.221.043	365.278.815
Resultado do exercício		93.692.370	16.412.472
Total capital próprio	33	1.349.679.481	946.287.881
Total passivo e capital próprio		12.022.760.518	11.678.147.575
Resultados por ação		0.5	0.1

Demonstração das alterações no capital próprio consolidado

EUR	Capital	RESERVAS DE REAValiaÇÃO			Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
		Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido				
Saldos 1 de janeiro de 2011	1.000.002.375	(305.632.648)	77.718.861	(227.913.787)	7.621.014	251.277.807	114.097.047	1.145.084.456
Transferência de resultados	—	—	—	—	96.040	114.001.007	(114.097.047)	—
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	—	(288.790.052)	73.581.004	(215.209.048)	—	—	—	(215.209.048)
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	16.412.472	16.412.472
Saldos 31 de dezembro de 2011	1.000.002.375	(594.422.700)	151.299.865	(443.122.835)	7.717.054	365.278.814	16.412.472	946.287.880
Transferência de resultados	—	—	—	—	470.243	15.942.229	(16.412.472)	—
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	—	448.149.228	(138.449.997)	309.699.231	—	—	—	309.699.231
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	93.692.370	93.692.370
Saldos 31 de dezembro de 2012	1.000.002.375	(146.273.472)	12.849.868	(133.423.604)	8.187.297	381.221.043	93.692.370	1.349.679.481

OI

Demonstrações
financeiras
consolidadas

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados

EUR	2012	2011
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	93.692.370	16.412.472
Ajustamentos por:		
Depreciações e amortizações do exercício	25.313.392	29.269.883
Variação nas provisões técnicas	(415.796.416)	(582.148.423)
Variação dos passivos decorrentes de contratos de investimento	520.409.297	(751.822.745)
Variação de provisões	(408.670)	(4.423.322)
Variação de provisões técnicas de resseguro cedido	3.204.047	430.221
Imparidade de ativos disponíveis para venda	76.801	104.976.717
Imparidade de propriedades de investimento	—	442.826
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	1.914.844	551.189
Variação nos impostos diferidos ativos / passivos	178.158.668	(42.810.865)
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	(111.052.466)	100.457.867
Empréstimos concedidos e contas a receber	258.059.163	(468.703.667)
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	8.006.725	7.561.355
Outros ativos e passivos	(2.119.404)	(3.178.786)
Outros passivos financeiros	(214.650.116)	(2.495.999)
Outros credores por operações de seguros e outras operações	(8.160.307)	1.371.479
	336.647.928	(1.594.109.798)
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Variações nos ativos financeiros ao justo valor através de resultados	(871.068.815)	1.221.833.836
Variações nos ativos financeiros disponíveis para venda	489.113.123	1.102.600.446
Variações nos ativos financeiros detidos até à maturidade	(27.302.108)	(670.543.275)
Aquisições /(vendas) de ativos tangíveis e intangíveis	(1.635.788)	(1.211.100)
	(410.893.588)	1.652.679.907
Variação líquida em caixa e equivalentes	(74.245.660)	58.570.109
Caixa e equivalentes no início do período	213.549.355	154.979.246
Caixa e equivalentes no final do período	139.303.695	213.549.355

**NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS**

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

II.1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., ('Millenniumbcp Ageas' ou 'Grupo'), é uma sociedade privada, constituída em Portugal por escritura em 28 de setembro de 2004, sendo detida pelo Grupo Ageas (51%) e pelo Banco Comercial Português, S.A. (49%).

A Sociedade tem por objetivo único a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. Neste âmbito pode prestar serviços técnicos de administração e gestão às sociedades em que possua participação, de acordo com os estatutos e as leis aplicáveis, e pode adquirir participações em qualquer outra sociedade.

Na sequência do contrato estabelecido em julho de 2004 entre o Banco Comercial Português, S.A., e o Grupo Ageas, a Millenniumbcp Ageas adquiriu a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. O referido contrato foi sujeito à condição suspensiva de não oposição pelas Entidades Reguladoras. As referidas autorizações pelas entidades reguladoras nacionais foram obtidas em dezembro de 2004, permitindo a efetivação do contrato. As ações foram legalmente transferidas em janeiro de 2005, data em que foi obtido o controlo sobre as subsidiárias.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07") emitido pelo Instituto de Seguros de Portugal e aprovado pela Norma Regulamentar n. 4/2007 de 27 de abril de 2007, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n. 20/2007 – R de 31 de dezembro e a Norma Regulamentar n. 22/2010 – R de 16 de dezembro. Este Plano de Contas introduziu as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto os critérios de mensuração definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 25 de fevereiro de 2013.

Em 2012, o Grupo adotou as interpretações das IFRS de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciam a 1 de janeiro de 2012.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente a todas as empresas do Grupo e para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em Euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção

dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

b) Bases de consolidação

A partir de 1 de janeiro de 2010, o Grupo passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de atividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospectivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. ('Companhia mãe') incluem as contas da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., e das suas subsidiárias ('Grupo').

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses que não controlam excedem o interesse que não concorda no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses que não controlam anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas. Após 1 de janeiro de 2010, as perdas

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

acumuladas são atribuídas aos que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Após 1 de janeiro de 2010, numa operação de aquisição por partes adicionais (“step acquisition”) que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do goodwill. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 as empresas subsidiárias incluídas na consolidação eram as seguintes:

SUBSIDIÁRIAS	% de participação	Atividade económica
Ocidental-Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	100%	Seguros
Ocidental-Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	100%	Seguros de vida
Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos Pensões, S.A.	100%	Gestão de fundos de pensões
Médís – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	100%	Seguros de saúde

Goodwill e VOBA

As concentrações de atividades empresariais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos ativos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos diretamente atribuíveis à aquisição, para aquisições ocorridas até 31 de dezembro de 2009.

Após 1 de janeiro de 2010, o registo dos custos diretamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária passam a ser diretamente imputados a resultados.

O “goodwill” positivo resultante de aquisições é reconhecido como um ativo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O “goodwill” resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias, é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

O “goodwill” resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional da situação patrimonial adquirida, consoante a opção tomada.

Caso o “goodwill” apurado seja negativo este é registado diretamente em resultados do exercício em que a concentração de atividades ocorre.

O valor recuperável do “goodwill” das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas

em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Até 31 de dezembro de 2009, os preços de aquisição contingentes eram determinados com base na melhor estimativa de pagamentos prováveis podendo as alterações posteriores ser registradas por contrapartida de “goodwill”. Após 1 de janeiro de 2010, o “goodwill” não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados.

O valor do negócio adquirido (*Value of Business Acquired – VOBA*) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas, deduzido de eventuais perdas por imparidade. O VOBA corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.

c) Contratos de seguro e de investimento

Classificação

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registrado como um instrumento financeiro.

Reconhecimento e mensuração

Os prêmios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro. Os benefícios e outros custos são reconhecidos

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

As responsabilidades correspondem ao valor atual dos benefícios futuros a pagar, líquidos de despesas administrativas associadas diretamente aos contratos, deduzidos dos prémios teóricos que seriam necessários para cumprir com os benefícios estabelecidos e as respetivas despesas. As responsabilidades são determinadas com base em pressupostos de mortalidade, despesas de gestão ou de investimento à data da avaliação.

Relativamente aos contratos cujo período de pagamento é significativamente mais reduzido do que o período do benefício, os prémios são diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente ao período de duração da cobertura do risco.

No que respeita aos contratos de curta duração, nomeadamente contratos do ramo não vida, os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pro-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

Os contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*unit linked*) emitidos pelo Grupo que apenas transferem risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros. Os passivos correspondem ao valor da unidade de participação, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações.

Os contratos *unit linked* detidos pelo Grupo são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, o qual depende do justo valor dos ativos financeiros, derivados e/ou propriedades de investimento que integram o fundo de investimento coletivo *unit linked*. São utilizadas técnicas de valorização para determinar o justo valor à data de emissão e em cada data de balanço. O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, que refletem o justo valor dos ativos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador de seguro à data de balanço.

Os investimentos *unit linked* dizem respeito a contratos ligados a fundos de investimento coletivo *unit linked* subscritos através de unidades de participação, sendo a totalidade dos rendimentos dos respetivos fundos autónomos atribuíveis ao tomador de seguro. Os investimentos são valorizados ao justo valor através de resultados. Os passivos por contratos *unit linked* representam o valor capitalizado dos prémios recebidos à data de balanço, incluindo o justo valor de quaisquer garantias ou derivados embutidos.

d) Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prêmios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

e) Provisões técnicas

Provisão matemática do ramo Vida

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida, têm como objetivo registrar o valor atual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente às apólices emitidas e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pelo Grupo com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos.

As reservas matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos atuariais por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

A provisão para sinistros não é descontada, exceto as pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho.

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indenizações e encargos a suportar após o termo do exercício e

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em janeiro do ano seguinte.

Teste de adequação das responsabilidades

À data do balanço, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados do Grupo quando determinada.

Provisão para desvio de sinistralidade

A provisão para desvio de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

Provisão para participação nos resultados a atribuir (*Shadow accounting*)

De acordo com o estabelecido no Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

f) Ativos financeiros

Classificação

A Millenniumbcp Ageas classifica os seus ativos financeiros no início da transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- › Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados – Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Esta categoria inclui os investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

- › Ativos financeiros disponíveis para venda – Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.
- › Empréstimos concedidos e contas a receber – Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.
- › Ativos financeiros detidos até à maturidade – Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Grupo tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Os ativos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará o Grupo a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e o Grupo ficará durante dois anos impossibilitado de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iii) empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação (“trade date”), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“*bid-price*”). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Reclassificação entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 – Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, “*Loans and Receivables*” ou para ativos financeiros detidos até à maturidade (“*Held-to-maturity*”), desde que sejam cumpridos os requisitos definidos na norma, nomeadamente:

- › se um ativo financeiro, na data da reclassificação apresenta características de um instrumento de dívida para o qual não existe mercado ativo; ou
- › quando exista algum evento não comum ou altamente improvável que ocorra de novo no curto-prazo, significando que o evento pode ser classificado como uma circunstância rara.

Em 2011, o Grupo adotou esta possibilidade para um grupo de ativos financeiros, tal como divulgado na nota 19. Transferências de ativos financeiros reconhecidos na categoria de ativos disponíveis para venda para empréstimos concedidos e contas a receber representados por títulos e para investimentos a deter até à maturidade são permitidos. Transferências de e para ativos financeiros e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, por decisão da entidade (“*Fair Value Option*”) são proibidas.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o

respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registradas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas do Grupo, 25% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, que corresponde à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda por imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

No que respeita aos ativos a deter até à maturidade as perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando o valor atual, calculado com base na taxa de juro inicial é inferior ao valor de balanço.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*"trade date"*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente nos resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*"discounted cash flows"*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado. Os instrumentos financeiros derivados para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus

02

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas nos resultados.

g) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar a tomadores de seguro, resseguradores e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

h) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Acordos de recompra

Os investimentos vendidos com acordo de recompra a um preço previamente definido não são desreconhecidos e são reavaliados de acordo com a política contabilística para outros ativos detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como dívidas para com instituições financeiras.

A diferença entre as condições de venda e as de recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

j) Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de um risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados na rubrica de empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou

pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A Millenniumbcp Ageas aceita e/ou cede negócio no decurso da sua atividade normal. Os valores a receber relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber de empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os valores relacionados com o resseguro são apresentados no balanço consolidado pelo seu valor líquido, exceto quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

k) Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

l) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	34
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros ativos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

m) Ativos intangíveis

O valor do negócio adquirido (*Value of Business Acquired – VOBA*) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas. O VOBA corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo enquanto estiverem diretamente afetados aos projetos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

n) Propriedades de investimento

O Grupo classifica como propriedades de investimento os edifícios arrendados.

As propriedades de investimento do Grupo encontram-se valorizadas ao custo deduzido das respetivas amortizações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade. As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, até ao seu valor residual no final da sua vida estimada.

Quando existe indicação de que uma propriedade de investimento possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de uma propriedade de investimento exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os custos subsequentes com as propriedades de investimento são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo em montante superior ao valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento.

o) Locações

A Millenniumbcp Ageas classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras – como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente

02

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

p) Caixa e disponibilidades

Caixa e disponibilidades englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

q) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

r) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados

em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

s) Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- › Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- › Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

t) Benefícios aos empregados

Plano de benefício definido

O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (“Plano CCT” ou “CCT”). Adicionalmente, a Companhia assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de Dezembro de 2011 foi assinado um novo Plano CCT. Como forma de compensação, durante o primeiro trimestre de 2012, foi pago um prémio de assinatura de contrato pela Companhia aos seus colaboradores.

De acordo com este CCT revisto, foram introduzidas algumas alterações, as quais podem ser sucintamente apresentadas como segue: (i) um prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida; e (iii) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de Janeiro de 2012.

Em 1 de Outubro de 2012, de acordo com uma decisão do Conselho de Administração, foi efetuado o corte do Plano Complementar, mantendo os empregados os direitos adquiridos até 2011.

Os benefícios previstos no plano de pensões base são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT. Os benefícios complementares são atribuídos de acordo com o plano de pensões do Grupo.

As obrigações com pensões de reforma do Grupo estão cobertas por uma adesão coletiva a um Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma (plano de benefício definido) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pelo Grupo, individualmente para cada plano.

02

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos ativos do plano deduzidos do “unwinding” dos passivos do plano, são registrados por contrapartida de custos operacionais.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual e o justo valor de quaisquer ativos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de Companhias de *rating* de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

De acordo com o método do corredor os ganhos e perdas atuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, são imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano.

Os encargos com reformas antecipadas ou pré-reformas, assim como os correspondentes ganhos e perdas atuariais, são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

O plano é financiado anualmente com contribuições do Grupo para cobrir responsabilidades projetadas com pensões, incluindo benefícios complementares, quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte o Grupo avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para o plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Grupo são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Benefícios de saúde

O Grupo assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. O direito a este benefício está condicionado à permanência do colaborador no Grupo até à idade da reforma e ao cumprimento de um período de serviço mínimo.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades do Grupo com a assistência médica vitalícia, é semelhante à mensuração e reconhecimento das responsabilidades com pensões acima descritas.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Sistema de incentivos baseado em ações

À data de 31 de dezembro de 2012, não se encontrava em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

u) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Grupo procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

02

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

v) Segmentos operacionais

O Grupo determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e benefícios específicos diferentes de outros segmentos de operacionais.

O Grupo encontra-se estruturado de acordo com as seguintes áreas de negócio:

- › Vida e Pensões
- › Não Vida

No que respeita ao segmento Seguros de Vida e Pensões, a informação encontra-se desagregada pelas seguintes linhas de negócio: i) contratos de seguro: vida tradicional, ii) contratos de investimento (no âmbito do IFRS 4): contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e iii) contratos de investimento (no âmbito do IAS 39): contratos *unit-linked*. O sub-segmento Pensões está relacionado com a gestão de fundos de pensões, não tendo impacto na margem técnica do negócio de seguros do segmento.

O segmento Seguros Não Vida, inclui as seguintes linhas de negócio: Acidentes e Doença, Incêndio e Outros Danos, Automóvel e Outras linhas de negócio.

x) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas do Grupo pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contábilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contábilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contábilístico mais adequado. As principais estimativas contábilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contábilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contábilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contábilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Provisões técnicas

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada do Grupo e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão matemática de contratos vida, (2) provisão para participação nos resultados, (3) teste de adequação das responsabilidades, (4) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respetivas e (5) provisão para participação nos resultados a atribuir.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados. O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento, o Grupo avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa do Grupo de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva. Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado ao Grupo. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. De acordo com as políticas do Grupo, 25% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Imparidade dos ativos de longo prazo

Os ativos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando, as incertezas quanto à determinação do valor de recuperação líquido dos ativos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados do Grupo.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Grupo durante um período de quatro anos. Desta forma, é possível que hajam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

02

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Goodwill

Anualmente, o Grupo efetua uma avaliação do valor recuperável das diferenças de consolidação, tendo por base o valor de uso ou o justo valor líquido dos custos de venda dos investimentos financeiros detidos. De acordo com a IAS 36, o valor de uso deverá ser determinado com base numa avaliação dos fluxos de caixa estimados futuros, utilizando toda a informação disponível, o que requer a utilização de julgamento.

Os pressupostos utilizados para a avaliação do valor recuperável das diferenças de consolidação podem alterar-se em face das alterações das condições económicas e de mercado.

II.3 Segmentos Operacionais

Demonstração dos resultados consolidados

EUR	2012			2011		
	Vida e Pensões	Não vida	Total	Vida e Pensões	Não vida	Total
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	285.479.350	204.064.770	489.544.120	312.100.782	203.294.567	515.395.349
Prêmios brutos emitidos	311.346.141	240.245.577	551.591.718	338.652.381	237.258.790	575.911.171
Prêmios de resseguro cedido	(25.866.791)	(36.575.769)	(62.442.560)	(26.551.599)	(36.436.312)	(62.987.911)
Provisão para prêmios não adquiridos (variação)	—	2.891.711	2.891.711	—	4.475.655	4.475.655
Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	—	(2.496.749)	(2.496.749)	—	(2.003.566)	(2.003.566)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	48.535.594	—	48.535.594	63.024.243	—	63.024.243
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(692.665.508)	(142.121.031)	(834.786.539)	(955.618.482)	(142.617.242)	(1.098.235.724)
Montantes pagos	(712.549.480)	(139.235.134)	(851.784.614)	(938.574.316)	(139.382.317)	(1.077.956.633)
Montantes brutos	(726.801.369)	(148.685.280)	(875.486.649)	(952.336.652)	(151.225.590)	(1.103.562.242)
Parte dos resseguradores	14.251.889	9.450.146	23.702.035	13.762.336	11.843.273	25.605.609
Provisão para sinistros (variação)	19.883.972	(2.885.897)	16.998.075	(17.044.166)	(3.234.925)	(20.279.091)
Parte dos resseguradores	20.103.828	(2.478.032)	17.625.796	(17.044.166)	(4.653.184)	(21.697.350)
Parte dos resseguradores	(219.856)	(407.865)	(627.721)	—	1.418.259	1.418.259
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	—	(397.090)	(397.090)	—	210.152	210.152
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	433.485.820	—	433.485.820	648.356.754	—	648.356.754
Montante bruto	433.565.396	—	433.565.396	648.232.584	—	648.232.584
Parte dos resseguradores	(79.576)	—	(79.576)	124.170	—	124.170
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(44.874.233)	(462.000)	(45.336.233)	(54.439.062)	(601.419)	(55.040.481)
Custos e gastos de exploração líquidos	(53.764.441)	(47.324.620)	(101.089.061)	(64.366.734)	(46.201.762)	(110.568.496)
Custos de aquisição	(45.833.339)	(35.246.531)	(81.079.870)	(57.540.610)	(34.243.681)	(91.784.291)
Custos de aquisição diferidos (variação)	—	(183.484)	(183.484)	—	(749.467)	(749.467)
Gastos administrativos	(17.571.895)	(23.898.695)	(41.470.590)	(16.676.169)	(23.448.397)	(40.124.566)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	9.640.793	12.004.090	21.644.883	9.850.045	12.239.783	22.089.828
Rendimentos	164.804.428	4.888.977	169.693.405	211.817.011	6.287.703	218.104.714
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	164.804.428	4.888.977	169.693.405	211.817.011	6.287.703	218.104.714
Gastos financeiros	(18.280.772)	(945.045)	(19.225.817)	(24.732.136)	(2.653.169)	(27.385.305)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(17.595.664)	(945.045)	(18.540.709)	(21.863.909)	(2.653.169)	(24.517.078)
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(685.108)	—	(685.108)	(2.868.227)	—	(2.868.227)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	12.063.331	(263.937)	11.799.394	(11.587.700)	294.918	(11.292.782)
De ativos disponíveis para venda	12.063.331	(263.937)	11.799.394	(12.034.306)	294.918	(11.739.388)
De empréstimos e contas a receber	—	—	—	446.606	—	446.606
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	6.969.392	—	6.969.392	4.945.912	—	4.945.912
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	313.352.713	—	313.352.713	155.287.751	—	155.287.751
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(306.383.321)	—	(306.383.321)	(150.341.839)	—	(150.341.839)
Diferenças de câmbio	132.441	—	132.441	(863.995)	—	(863.995)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(61.590)	(1.930.055)	(1.991.645)	(103.913.735)	(2.056.997)	(105.970.731)
De ativos disponíveis para venda	(76.801)	—	(76.801)	(103.494.021)	(1.482.697)	(104.976.717)
De outros	15.211	(1.930.055)	(1.914.844)	(419.714)	(574.300)	(994.014)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(23.071.954)	116.529	(22.955.425)	(26.046.067)	176.368	(25.869.699)
Outras provisões (variação)	—	320.000	320.000	—	—	—
Outros rendimentos/gastos	4.055.321	(348.108)	3.707.213	6.435.716	21.686	6.457.402
Resultado líquido antes de impostos	122.807.179	15.598.390	138.405.569	5.112.507	16.154.805	21.267.313
Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes	(22.304.112)	(6.647.857)	(28.951.969)	(2.916.152)	(5.207.668)	(8.123.820)
Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos	(17.205.261)	1.444.031	(15.761.230)	2.732.683	536.296	3.268.979
Resultado líquido do exercício	83.297.806	10.394.564	93.692.370	4.929.038	11.483.433	16.412.472

Balanço consolidado

EUR	2012				2011			
	Vida	Não Vida	ICO	Total	Vida	Não Vida	ICO	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	121.995.084	17.308.611	—	139.303.695	195.878.433	17.670.922	—	213.549.355
Ativos financeiros detidos para negociação	209.580.274	—	—	209.580.274	98.527.808	—	—	98.527.808
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	5.506.155.071	—	—	5.506.155.071	4.635.086.256	—	—	4.635.086.256
Ativos disponíveis para venda	4.157.875.053	187.806.718	—	4.345.681.771	4.353.567.011	171.605.454	—	4.525.172.465
Empréstimos e contas a receber	480.122.735	31.571.935	—	511.694.670	753.436.726	16.317.107	—	769.753.833
Outros depósitos	480.122.735	31.571.935	—	511.694.670	753.436.726	16.317.107	—	769.753.833
Investimentos detidos até à maturidade	697.845.383	—	—	697.845.383	670.543.275	—	—	670.543.275
Terrenos e edifícios de rendimento	4.656.008	—	—	4.656.008	4.879.664	—	—	4.879.664
Outros ativos tangíveis	1.230.954	130.889	—	1.361.843	1.139.768	158.098	—	1.297.866
Inventários	—	18.650	—	18.650	—	18.650	—	18.650
Goodwill	247.487.477	68.252.992	—	315.740.469	247.487.477	68.252.992	—	315.740.469
Outros ativos intangíveis	191.519.840	—	—	191.519.840	214.988.313	49.452	—	215.037.765
Provisões técnicas de resseguro cedido	1.591.595	16.876.566	—	18.468.161	1.891.026	19.781.182	—	21.672.208
Provisão para prémios não adquiridos	—	7.635.677	—	7.635.677	—	10.132.426	—	10.132.426
Provisão matemática do ramo vida	769.515	—	—	769.515	849.091	—	—	849.091
Provisão para sinistros	822.080	9.240.889	—	10.062.969	1.041.935	9.648.756	—	10.690.691
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	2.294.142	2.192.778	—	4.486.920	2.127.505	1.709.083	—	3.836.588
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	4.557.764	63.437.316	(40.500.000)	27.495.080	14.046.329	65.670.320	(42.300.000)	37.416.649
Contas a receber por operações de seguro direto	2.601.295	12.872.256	—	15.473.551	2.564.988	11.806.801	—	14.371.789
Contas a receber por outras operações de resseguro	67.402	7.945.418	—	8.012.820	—	9.924.114	—	9.924.114
Contas a receber por outras operações	1.889.067	42.619.642	(40.500.000)	4.008.709	11.481.341	43.939.405	(42.300.000)	13.120.746
Ativos por impostos	41.797.896	5.211.183	—	47.009.079	154.962.830	8.751.385	—	163.714.215
Ativos por impostos correntes	24.756.596	—	—	24.756.596	26.185.775	235.881	—	26.421.656
Ativos por impostos diferidos	17.041.300	5.211.183	—	22.252.483	128.777.055	8.515.504	—	137.292.559
Acréscimos e diferimentos	244.358	1.499.246	—	1.743.604	14.232	1.886.277	—	1.900.509
Total ativo	11.668.953.634	394.306.884	(40.500.000)	12.022.760.518	11.348.576.653	371.870.922	(42.300.000)	11.678.147.575
Provisões técnicas	4.535.643.988	139.689.801	—	4.675.333.789	4.950.300.562	140.829.643	—	5.091.130.205
Provisão para prémios não adquiridos	—	35.800.096	—	35.800.096	—	38.508.323	—	38.508.323
Provisão matemática do ramo vida	4.453.507.130	—	—	4.453.507.130	4.844.968.796	—	—	4.844.968.796
Provisão para sinistros	35.899.587	97.951.186	—	133.850.773	56.089.209	96.366.621	—	152.455.830
De vida	35.899.587	—	—	35.899.587	56.089.209	—	—	56.089.209
De acidentes de trabalho	—	23.022.501	—	23.022.501	—	20.986.230	—	20.986.230
De outros ramos	—	74.928.685	—	74.928.685	—	75.380.391	—	75.380.391
Provisão para participação nos resultados	46.237.271	704.541	—	46.941.812	49.242.557	1.117.811	—	50.360.368
Provisão para desvios de sinistralidade	—	885.923	—	885.923	—	825.902	—	825.902
Provisão para riscos em curso	—	4.348.055	—	4.348.055	—	4.010.986	—	4.010.986
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	5.786.791.790	—	—	5.786.791.790	5.266.382.493	—	—	5.266.382.493
Outros passivos financeiros	8.270.889	5.214.647	—	13.485.536	221.165.326	6.970.326	—	228.135.652
Depósitos recebidos de resseguradores	8.270.889	5.214.647	—	13.485.536	8.640.757	6.970.326	—	15.611.083
Outros	—	—	—	—	212.524.569	—	—	212.524.569
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	137.466	407.725	—	545.191	112.493	318.826	—	431.319
Outros credores por operações de seguros e outras operações	72.710.380	15.474.859	(40.500.000)	47.685.239	85.585.564	12.559.982	(42.300.000)	55.845.546
Contas a pagar por operações de seguro direto	2.695.129	8.739.593	—	11.434.722	12.705.789	7.872.078	—	20.577.867
Contas a pagar por outras operações de resseguro	2.004.777	2.774.136	—	4.778.913	4.765.600	2.815.469	—	7.581.069
Contas a pagar por outras operações	68.010.474	3.961.130	(40.500.000)	31.471.604	68.114.175	1.872.435	(42.300.000)	27.686.610
Passivos por impostos	125.017.556	5.961.747	—	130.979.303	65.989.327	3.536.444	—	69.525.771
Passivos por impostos correntes	71.036.127	5.961.747	—	76.997.874	4.939.481	3.536.444	—	8.475.925
Passivos por impostos diferidos	53.981.429	—	—	53.981.429	61.049.846	—	—	61.049.846
Acréscimos e diferimentos	8.105.195	4.860.197	—	12.965.392	8.847.905	5.857.336	—	14.705.241
Outras Provisões	2.043.629	3.251.168	—	5.294.797	1.332.000	4.371.467	—	5.703.467
Total passivo	10.538.720.893	174.860.144	(40.500.000)	10.673.081.037	10.599.715.670	174.444.024	(42.300.000)	10.731.859.694
Capital	889.997.375	110.005.000	—	1.000.002.375	889.997.375	110.005.000	—	1.000.002.375
Reservas de reavaliação	(145.843.224)	(430.248)	—	(146.273.472)	(577.618.821)	(16.803.879)	—	(594.422.700)
Reserva por impostos diferidos e correntes	12.725.096	124.772	—	12.849.868	146.426.740	4.873.125	—	151.299.865
Outras reservas	5.608.586	2.578.711	—	8.187.297	5.138.344	2.578.710	—	7.717.054
Resultados transitados	284.447.101	96.773.942	—	381.221.043	279.988.304	85.290.511	—	365.278.815
Resultado do exercício	83.297.807	10.394.563	—	93.692.370	4.929.041	11.483.431	—	16.412.472
Total capital próprio	1.130.232.741	219.446.740	—	1.349.679.481	748.860.983	197.426.898	—	946.287.881
Total passivo e capital próprio	11.668.953.634	394.306.884	(40.500.000)	12.022.760.518	11.348.576.653	371.870.922	(42.300.000)	11.678.147.575

II.4 Notas à demonstração dos resultados consolidados

Nota 1 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro são analisados como segue:

EUR	2012	2011
Prémios brutos emitidos – Vida	311.346.141	338.652.381
Prémios brutos emitidos – Não Vida	240.245.577	237.258.790
Prémios brutos emitidos	551.591.718	575.911.171
Prémios resseguro cedido – Vida	(25.866.791)	(26.551.599)
Prémios resseguro cedido – Não Vida	(36.575.769)	(36.436.312)
Prémios resseguro cedido	(62.442.560)	(62.987.911)
Variação prémios não adquiridos – Não Vida	2.891.711	4.475.655
Variação prémios não adquiridos de resseguro cedido – Não Vida	(2.496.749)	(2.003.566)
Variação líquida de prémios não adquiridos – Não Vida	394.962	2.472.089
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro – Vida	285.479.350	312.100.782
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro – Não Vida	204.064.770	203.294.567
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	489.544.120	515.395.349

Os prémios brutos emitidos do ramo Vida incluem prémios de contratos com risco de seguro significativo e de contratos sem risco de seguro significativo mas com participação nos resultados discricionária.

Os prémios brutos emitidos do ramo Vida são analisados como segue:

EUR	2012	2011
Contratos de seguro	172.558.091	163.841.719
Contratos de investimento com participação nos resultados discricionária	138.788.050	174.810.662
Prémios brutos emitidos (IFRS 4)	311.346.141	338.652.381

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

EUR	2012	2011
Prémios brutos emitidos de seguro direto		
Relativos a contratos individuais	91.668.845	112.669.223
Relativos a contratos de grupo	219.677.296	225.983.158
	311.346.141	338.652.381
Periódicos	247.843.241	277.075.109
Não periódicos	63.502.901	61.577.272
	311.346.141	338.652.381
De contratos sem participação nos resultados	134.789.614	124.640.540
De contratos com participação nos resultados	176.556.528	214.011.841
	311.346.141	338.652.381
Resultado resseguro cedido	(2.273.541)	(2.815.048)

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

Os prémios brutos emitidos dos ramos Não Vida são analisados como segue:

EUR	2012		2011	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	167.854.486	170.760.637	165.464.807	170.612.830
Incêndio e outros danos	44.503.584	44.031.312	42.403.926	42.239.842
Automóvel	20.530.173	20.166.935	21.008.563	20.719.741
Outros	7.357.334	8.178.404	8.381.494	8.162.031
Total	240.245.577	243.137.288	237.258.790	241.734.444

Os prémios de resseguro cedido dos ramos Não Vida são analisados como segue:

EUR	2012		2011	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	11.161.645	13.211.917	12.164.352	14.027.771
Incêndio e outros danos	21.193.592	21.200.907	19.372.106	19.498.614
Automóvel	357.750	357.750	326.160	326.160
Outros	3.862.782	4.301.944	4.573.694	4.587.332
Total	36.575.769	39.072.518	36.436.312	38.439.877

Nota 2 – Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços

Esta rubrica inclui as comissões de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento no montante de Euros 48.535.594 (2011: Euros 63.024.243), sendo calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

Nota 3 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros do ramo vida são analisados como segue:

EUR	2012			2011		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Sinistros pagos						
Montantes brutos	67.473.113	658.639.899	726.113.012	68.957.465	883.096.610	952.054.075
Parte dos resseguradores	(14.251.889)	—	(14.251.889)	(13.762.336)	—	(13.762.336)
	53.221.224	658.639.899	711.861.123	55.195.129	883.096.610	938.291.739
Variação da provisão para sinistros	—	—	—	—	—	—
Montantes brutos	(9.148.470)	(10.955.358)	(20.103.828)	6.431.351	10.612.815	17.044.166
Parte dos resseguradores	219.856	—	219.856	—	—	—
	(8.928.614)	(10.955.358)	(19.883.972)	6.431.351	10.612.815	17.044.166
Total antes custos imputados	44.292.610	647.684.541	691.977.151	61.626.480	893.709.425	955.335.905
Custos com Sinistros (imputados)			688.357			282.577
Total			692.665.508			955.618.482

Os custos com sinistros do ramo não vida são analisados como segue:

EUR	2012				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Sinistros pagos					
Montantes brutos	107.107.861	16.313.854	14.259.583	1.134.491	138.815.789
Parte dos resseguradores	(2.235.434)	(6.623.255)	(3.083)	(588.374)	(9.450.146)
	104.872.427	9.690.599	14.256.500	546.117	129.365.643
Variação da provisão para sinistros					
Montantes brutos	1.461.756	2.581.934	(1.539.655)	(26.003)	2.478.032
Parte dos resseguradores	98.272	(106.415)	(213.662)	629.670	407.865
	1.560.028	2.475.519	(1.753.317)	603.667	2.885.897
Total antes custos imputados	106.432.455	12.166.118	12.503.183	1.149.784	132.251.540
Custos com Sinistros (imputados)	6.005.838	1.497.833	2.153.456	212.364	9.869.491
Total	112.438.293	13.663.951	14.656.639	1.362.148	142.121.031

EUR	2011				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Sinistros pagos					
Montantes brutos	105.004.519	18.669.657	15.253.989	3.331.007	142.259.172
Parte dos resseguradores	(2.970.020)	(8.070.433)	36.152	(838.972)	(11.843.273)
	102.034.499	10.599.224	15.290.141	2.492.035	130.415.899
Variação da provisão para sinistros					
Montantes brutos	4.117.799	2.223.347	(197.026)	(1.490.935)	4.653.185
Parte dos resseguradores	162.691	(1.330.236)	(244.631)	(6.082)	(1.418.258)
	4.280.490	893.111	(441.657)	(1.497.017)	3.234.927
Total antes custos imputados	106.314.989	11.492.335	14.848.484	995.018	133.650.826
Custos com Sinistros (imputados)	5.402.442	1.385.494	1.986.611	191.869	8.966.416
Total	111.717.431	12.877.829	16.835.095	1.186.887	142.617.242

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas**Nota 4 – Variação da Provisão matemática e outras provisões técnicas, líquidas resseguro**

A variação da provisão matemática e outras provisões técnicas do ramo vida são analisadas como segue:

EUR	2012		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Variação da provisão matemática, líquida de resseguro			
Variação da provisão matemática	(2.358.629)	(431.206.767)	(433.565.396)
Parte dos resseguradores na variação da provisão matemática	79.576	—	79.576
	(2.279.053)	(431.206.767)	(433.485.820)
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	6.120.356	38.753.877	44.874.233
Total	3.841.303	(392.452.890)	(388.611.587)

EUR	2011		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Variação da provisão matemática, líquida de resseguro			
Variação da provisão matemática	(12.971.154)	(635.261.430)	(648.232.584)
Parte dos resseguradores na variação da provisão matemática	(124.170)	—	(124.170)
	(13.095.324)	(635.261.430)	(648.356.754)
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	8.031.399	46.407.663	54.439.062
Total	(5.063.925)	(588.853.767)	(593.917.692)

A variação das outras provisões técnicas do ramo não vida é analisada como segue:

EUR	2012				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Variação da provisão para desvios de sinistralidade	—	60.022	—	—	60.022
Variação da provisão para riscos em curso	156.738	83.004	(11.044)	108.370	337.068
	156.738	143.026	(11.044)	108.370	397.090
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	462.000	—	—	—	462.000
Total	618.738	143.026	(11.044)	108.370	859.090

EUR	2011				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Variação da provisão para desvios de sinistralidade	—	64.549	—	—	64.549
Variação da provisão para riscos em curso	(618.792)	(43.612)	276.879	110.824	(274.701)
	(618.792)	20.937	276.879	110.824	(210.152)
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	601.419	—	—	—	601.419
Total	(17.373)	20.937	276.879	110.824	391.267

Nota 5 – Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos do ramo vida são analisados como segue:

EUR	2012			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Unit Linked	Total
Custos de aquisição – comissões	19.491.308	11.164.219	11.975.447	42.630.974
Custos de aquisição alocados	1.533.116	1.493.766	175.483	3.202.365
Custos administrativos – comissões	9.516	–	–	9.516
Custos administrativos alocados	8.092.989	7.862.239	1.607.151	17.562.379
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(9.640.793)	–	–	(9.640.793)
Total	19.486.136	20.520.224	13.758.081	53.764.441

EUR	2011			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Unit Linked	Total
Custos de aquisição – comissões	20.491.000	18.294.558	16.043.789	54.829.347
Custos de aquisição alocados	1.153.458	1.165.415	392.390	2.711.263
Custos administrativos – comissões	9.545	–	–	9.545
Custos administrativos alocados	7.581.438	7.013.994	2.071.192	16.666.624
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(9.850.045)	–	–	(9.850.045)
Total	19.385.396	26.473.967	18.507.371	64.366.734

Os custos e gastos de exploração líquidos do ramo não vida são analisados como segue:

EUR	2012				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Custos de aquisição – comissões	16.262.327	5.296.674	1.897.314	632.754	24.089.069
Custos de aquisição alocados	7.497.081	1.601.952	1.512.716	545.713	11.157.462
Variação dos custos de aquisição diferidos	319.846	(90.953)	(22.073)	(23.336)	183.484
Custos administrativos – comissões	327.481	6.969	7.406	3.104	344.960
Custos administrativos alocados	15.485.461	5.412.271	2.015.562	640.441	23.553.735
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(4.340.990)	(7.414.248)	–	(248.852)	(12.004.090)
Total	35.551.206	4.812.665	5.410.925	1.549.824	47.324.620

EUR	2011				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Custos de aquisição – comissões	15.917.946	5.110.013	2.034.380	505.521	23.567.860
Custos de aquisição alocados	7.580.625	1.381.176	1.297.989	416.031	10.675.821
Variação dos custos de aquisição diferidos	737.538	17.028	(17.230)	12.131	749.467
Custos administrativos – comissões	389.429	6.502	4.737	2.082	402.750
Custos administrativos alocados	15.428.017	5.166.551	1.846.739	604.340	23.045.647
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(5.080.919)	(6.989.215)	–	(169.649)	(12.239.783)
Total	34.972.636	4.692.055	5.166.615	1.370.456	46.201.762

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

A rubrica custos de aquisição – comissões inclui um montante de Euros 60.504.000 (2011: Euros 72.749.000) relacionados com as comissões pagas ao Grupo Banco Comercial Português, S.A, de acordo com os termos do contrato de distribuição estabelecido com a Millenniumbcp Ageas.

Nota 6 – Rendimentos

Os juros, os dividendos e outros rendimentos similares são analisados como se segue:

EUR	2012	2011
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	135.332.405	191.467.277
Rendimentos de ativos financeiros detidos até à maturidade	30.234.058	17.712.646
Rendimentos de depósitos bancários	4.126.942	8.924.791
Total	169.693.405	218.104.714

Nota 7 – Gastos financeiros

O saldo da rubrica de gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas inclui um montante de Euros 18.541.000 (2011: Euros 24.517.000) relativos a custos operacionais imputados à função investimentos.

Os gastos financeiros de juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas no montante de Euros 685.000 (2011: Euros 2.868.000), correspondem ao custo dos juros relativos ao contrato de recompra (REPO) de obrigações com o Banco Comercial Português, S.A, (ver nota 36).

Nota 8 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

EUR	2012			2011		
	Ganhos	(Perdas)	Total	Ganhos	(Perdas)	Total
Dívida pública	6.363.694	(402.691)	5.961.003	37.462.186	(43.696.714)	(6.234.528)
Obrigações de outros emissores	10.988.473	(5.709.452)	5.279.021	5.043.395	(17.163.876)	(12.120.481)
Ações	1.863.435	(1.304.065)	559.370	7.285.229	(669.608)	6.615.621
De investimentos disponíveis para venda	19.215.602	(7.416.208)	11.799.394	49.790.810	(61.530.198)	(11.739.388)
De empréstimos concedidos e contas a receber	–	–	–	446.606	–	446.606
Total	19.215.602	(7.416.208)	11.799.394	50.237.416	(61.530.198)	(11.292.782)

Nota 9 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

EUR	2012			
	Ganhos	(Perdas)	Outros	Total
De investimentos detidos para negociação	4.331.133.248	(4.230.218.463)	212.437.928	313.352.713
De ativos financeiros ao justo valor através de resultados	667.376.447	(36.803.626)	(936.956.142)	(306.383.321)
Total	4.998.509.695	(4.267.022.089)	(724.518.214)	6.969.392

EUR	2011			
	Ganhos	(Perdas)	Outros	Total
De investimentos detidos para negociação	95.740.730	(203.452.299)	262.999.319	155.287.750
De ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1.849.070.907	(2.335.522.758)	336.110.013	(150.341.838)
Total	1.944.811.637	(2.538.975.057)	599.109.332	4.945.912

Os Outros ganhos / (perdas) líquidos incluem os rendimentos dos investimentos, bem como os ganhos e perdas de passivos financeiros (decorrentes dos contratos de *unit linked*).

Nota 10 – Diferenças de câmbio

Os ganhos/(perdas) cambiais no montante de Euros 132.000 (2011: custo de Euros 863.995) dizem respeito a Empréstimos concedidos e contas a receber.

Nota 11 – Imparidade de outros ativos (líquida de reversões) e variação de outras provisões

A imparidade de outros ativos (líquida de reversões) e a variação de outras provisões são analisadas como segue:

EUR	2012	2011
De ativos financeiros disponíveis para venda	76.801	104.976.717
De propriedades de investimento	—	442.826
De devedores por operações de seguro direto e de resseguro	1.964.125	576.761
De outros devedores	(49.281)	(25.573)
Total imparidade	1.991.645	105.970.731
Outras provisões (variação)	(320.000)	—
Total	1.671.645	105.970.731

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

Em 2011, a imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda inclui o montante de Euros 52.618.000 relativo a Dívida soberana Grega, a qual foi vendida na totalidade até 31 de Dezembro de 2011 (ver nota 42).

Nota 12 – Outros rendimentos/gastos técnicos e não técnicos, líquidos de resseguro

Os outros rendimentos/gastos técnicos incluem um montante de Euros 24.374.000 (2011: Euros 28.246.000) relativos à amortização do VOBA – valor do negócio adquirido (ver nota 22).

Os outros rendimentos/gastos não técnicos incluem um montante de Euros 8.229.000 (2011: Euros 11.117.000) relativos a comissões de gestão de fundos de pensões da Pensõesger, S.G.F.P., S.A.

Nota 13 – Custos e gastos por natureza a imputar

Os custos e gastos por natureza a imputar são analisados como segue:

EUR	2012	2011
Gastos com pessoal		
Remunerações – órgãos sociais	1.240.826	1.590.884
Remunerações – pessoal	18.600.958	18.352.441
Encargos sobre remunerações	3.686.029	3.211.768
Benefícios pós emprego – planos benefícios definidos	3.663.544	5.160.705
Seguros obrigatórios	888.186	835.064
Gastos de ação social	115.169	121.129
Outros gastos	461.932	568.629
	28.656.644	29.840.620
Fornecimentos e serviços externos	39.164.310	40.824.092
Depreciações de ativos tangíveis e imóveis		
Propriedades de investimento	223.656	266.292
Equipamento de transporte e outro equipamento	7.202	16.233
Equipamento informático	95.139	62.491
	325.997	345.016
Amortizações dos ativos intangíveis		
Software	613.544	678.871
Valor do negócio adquirido (VOBA)	24.373.851	28.245.997
	24.987.395	28.924.868
Outros	19.974.831	20.733.678
Total	113.109.177	120.668.274

Os Outros custos e gastos por natureza a imputar incluem um montante de Euros 1.586.000 (2011: Euros 1.540.000) relativos a Impostos e taxas, um montante de Euros 1.709.000 (2011: Euros 1.675.000) de Juros suportados, um

montante de Euros 16.768.000 (2011: Euros 21.942.000) relativos a Comissões e um montante positivo de Euros 89.000 relativos a variação de outras provisões (2011: montante positivo de Euros 4.423.000).

As comissões são maioritariamente relacionadas com a gestão das carteiras de investimentos do Grupo efetuada pela F&C.

Os custos e gastos por natureza foram imputados pelas funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, da seguinte forma:

EUR	2012	2011
Custos com sinistros	10.557.848	9.248.994
Custos de exploração		
Custos de aquisição	14.359.827	13.387.084
Custos administrativos	41.116.114	39.712.271
Custos com investimentos		
Alocados à Conta Técnica	18.124.460	22.554.908
Alocados à Conta Não Técnica	416.249	1.962.170
Outros custos não alocados	28.534.679	33.802.847
Total	113.109.177	120.668.274

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o número de colaboradores do Grupo ascendia a 475 e 464, dos quais 465 e 456 a tempo inteiro.

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

II.5 Notas ao balanço consolidado

Nota 14 – Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta rubrica no montante de Euros 139.304.000 (2011: Euros 213.549.000) respeita na totalidade a Depósitos bancários.

Nota 15 – Ativos financeiros detidos para negociação

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2012		2011	
	Justo valor	Valor nocional	Justo valor	Valor nocional
Derivados				
Swaps taxa juro	207.373.354	7.149.403.705	91.398.719	6.885.020.259
Opções	2.001.735	40.975.000	7.005.682	69.025.000
FRA	205.185	41.500.000	123.407	41.500.000
Total	209.580.274	7.231.878.705	98.527.808	6.995.545.259
Dos quais:				
Nível 1	—	—	—	—
Nível 2	209.580.274	7.231.878.705	98.527.808	6.995.545.259
Nível 3	—	—	—	—
	209.580.274	7.231.878.705	98.527.808	6.995.545.259

De acordo com o IFRS 7, os ativos financeiros detidos para negociação podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- › Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;
- › Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;
- › Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 16 – Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2012			2011		
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço	Custo amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço
Dívida pública	212.274.662	50.659.190	262.933.852	45.479.268	(11.341.069)	34.138.199
Obrigações de outros emissores	4.432.371.986	570.353.185	5.002.725.171	4.641.661.072	(264.425.589)	4.377.235.483
Ações	213.407.958	27.088.090	240.496.048	451.925.411	(228.212.837)	223.712.574
Total	4.858.054.606	648.100.465	5.506.155.071	5.139.065.751	(503.979.495)	4.635.086.256
Dos quais:						
Nível 1			1.349.795.751			1.031.507.702
Nível 2			4.156.359.320			3.603.578.554
Nível 3			—			—
			5.506.155.071			4.635.086.256

De acordo com o IFRS 7, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;
- Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;
- Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 17 – Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2012				2011			
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Imparidade	Total	Custo amortizado	Valias não realizadas	Imparidade	Total
Dívida pública	1.485.025.687	(9.689.375)	—	1.475.336.312	2.161.509.352	(158.782.302)	—	2.002.727.050
Obrigações de outros emissores	2.509.875.971	6.493.371	—	2.516.369.342	2.357.779.121	(251.553.314)	—	2.106.225.807
Ações	274.634.054	12.093.262	(1.640.971)	285.086.345	385.841.873	(597.779)	(51.146.375)	334.097.719
Juros a receber	68.889.772	—	—	68.889.772	82.121.889	—	—	82.121.889
Total	4.338.425.484	8.897.258	(1.640.971)	4.345.681.771	4.987.252.235	(410.933.395)	(51.146.375)	4.525.172.465
Dos quais:								
Nível 1				4.160.652.497				4.315.713.304
Nível 2				185.029.274				209.459.161
Nível 3				—				—
				4.345.681.771				4.525.172.465

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

De acordo com o IFRS 7, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial como ativos disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- › Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;
- › Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;
- › Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Em 2011, o Grupo reclassificou da categoria de ativos disponíveis para venda para a categoria de ativos a deter até à maturidade o montante de Euros 645,250,000, de acordo com o IAS 39 – Instrumentos financeiros; reconhecimento e mensuração (ver nota 19).

Nota 18 – Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber incluem depósitos a prazo junto do Banco Comercial Português, S.A.

Nota 19 – Investimentos a deter até à maturidade

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o saldo desta conta é analisado como segue:

	A 31 de dezembro de 2012			A 31 de dezembro de 2011			Na data da transferência	
	Valor de Balanço dos investimentos detidos até à maturidade	Valor de mercado	Reserva de justo valor amortizada até 31.12.2012	Valor de Balanço dos investimentos detidos até à maturidade	Valor de mercado	Reserva de justo valor amortizada até 31.12.2011	Valor de Balanço reclassificado de ativos disponíveis para venda (a)	Reserva de justo valor
EUR								
Dívida pública	516.562.713	606.745.174	36.382.512	493.586.702	403.570.655	12.678.367	481.346.191	(174.089.431)
Obrigações de outros emissores	169.733.017	172.910.062	5.914.872	165.262.340	147.850.695	1.300.442	163.903.867	(23.378.682)
Total	686.295.730	779.655.236	42.297.384	658.849.042	551.421.350	13.978.809	645.250.058	(197.468.113)
Juros	11.549.653			11.694.233				
Total	697.845.383			670.543.275				

Como anteriormente referido, os ativos a deter até à maturidade correspondem aos ativos transferidos em 2011 da carteira de ativos disponíveis para venda, de acordo com o IAS 39 – Instrumentos financeiros; reconhecimento e mensuração.

Nota 20 – Terrenos e edifícios de rendimento

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2012	2011
Valor de Aquisição	11.116.580	11.116.580
Amortizações acumuladas	(2.476.750)	(2.253.094)
Imparidade	(3.983.822)	(3.983.822)
Saldo no final do ano	4.656.008	4.879.664
Justo valor	5.355.000	5.355.000

A vida útil estimada das propriedades de investimento é analisada como segue:

	Vida útil estimada
Edifícios	34 anos
Componentes	10 anos

À data de 31 de dezembro de 2011, foi efetuada uma avaliação independente no sentido de avaliar o justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento. Em resultado dessa avaliação, foi reconhecida uma perda por imparidade no montante de Euros 443.000.

À data de 31 de dezembro de 2012, o Grupo não realizou qualquer avaliação adicional, atendendo à não existência de indícios de imparidade.

Durante o ano 2012 a vida útil estimada do edifício foi revista para 34 anos (2011: 25 anos).

Nota 21 – Outros ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2012	2011
Equipamento		
Equipamento informático	949.782	1.254.381
Equipamento administrativo	1.092.270	1.092.270
Outro equipamento	1.731.043	1.743.314
	3.773.095	4.089.965
Amortizações acumuladas	(2.411.252)	(2.792.099)
Saldo líquido	1.361.843	1.297.866

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

EUR	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outro equipamento	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.254.381	1.092.270	1.743.314	4.089.965
Aquisições	163.521	—	2.797	166.318
Abates	(468.120)	—	(15.068)	(483.188)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	949.782	1.092.270	1.731.043	3.773.095
Amortizações				
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.066.453	1.089.422	636.224	2.792.099
Amortizações do exercício	95.139	—	7.202	102.341
Abates	(468.120)	—	(15.068)	(483.188)
Transferências	—	526	(526)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2012	693.472	1.089.948	627.832	2.411.252
Saldo líquido 31 de dezembro 2011	187.928	2.848	1.107.090	1.297.866
Saldo líquido 31 de dezembro 2012	256.310	2.322	1.103.211	1.361.843

Nota 22 – Goodwill e Outros ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	Goodwill	VOBA	Outros intangíveis	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2011	315.740.469	527.989.676	9.272.373	853.002.518
Aquisições	—	—	1.469.470	1.469.470
Saldo em 31 de dezembro de 2012	315.740.469	527.989.676	10.741.843	854.471.988
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2011	—	(317.472.968)	(4.751.316)	(322.224.284)
Amortizações do exercício	—	(24.373.851)	(613.544)	(24.987.395)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	—	(341.846.819)	(5.364.860)	(347.211.679)
Saldo líquido em 31 de dezembro 2011	315.740.469	210.516.708	4.521.057	530.778.234
Saldo líquido em 31 de dezembro 2012	315.740.469	186.142.857	5.376.983	507.260.309

O goodwill está relacionado com a aquisição da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., e Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., e foi distribuído como segue na data de aquisição:

SEGMENTO VIDA E PENSÕES [EUR]

Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	233.127.409
Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	14.360.068
	247.487.477

SEGMENTO NÃO VIDA [EUR]

Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	64.074.457
Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	4.178.535
	68.252.992
	315.740.469

Como referido nas políticas contabilísticas, o Grupo efetuou uma revisão ao valor recuperável do *goodwill* e do VOBA – *value of business acquired*, tendo concluído pela inexistência de perdas por imparidade que devessem ser reconhecidas. O teste de imparidade foi efetuado com base no orçamento a 3 anos de cada uma das unidades de negócio aprovado pelo Conselho de Administração do Grupo, considerando uma taxa de crescimento no longo prazo de 2%. O valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados foi calculado utilizando uma taxa de desconto média de 14% (2011: média de 13,7%).

O saldo remanescente do valor do negócio adquirido (VOBA) será amortizado como segue:

EUR	2013	2014	2015	2016	2017	Após
VOBA – Amortização estimada	22.445.973	21.245.973	19.064.102	18.144.767	17.137.696	88.104.347

No âmbito da implementação do novo sistema técnico do Ramo Vida – AIA, em 2011 a Ocidental Vida candidatou-se ao programa SIFIDE – Sistemas de Incentivos à I&D Empresarial, para os anos 2008, 2009 e 2010.

Em 2012, a Companhia foi informada da recusa da sua candidatura, atendendo a que a mesma não foi considerada como elegível para a atribuição desse subsídio.

Nota 23 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta conta para o ramo vida é analisado como segue:

EUR	2012		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Valor bruto			
Provisão matemática do ramo Vida	188.783.515	4.264.723.615	4.453.507.130
Provisão para sinistros do ramo Vida	27.280.476	8.619.111	35.899.587
Provisão para participação nos resultados	775.730	45.461.541	46.237.271
Atribuída	769.262	45.461.541	46.230.803
A atribuir	6.468	–	6.468
Total bruto	216.839.721	4.318.804.267	4.535.643.988
Resseguro cedido			
Provisão matemática do ramo Vida	769.515	–	769.515
Provisão para sinistros do ramo Vida	822.080	–	822.080
Total resseguro	1.591.595	–	1.591.595
Saldo líquido	215.248.126	4.318.804.267	4.534.052.393

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

EUR	2011		Total
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	
Valor bruto			
Provisão matemática do ramo Vida	191.142.144	4.653.826.652	4.844.968.796
Provisão para sinistros do ramo Vida	36.514.741	19.574.468	56.089.209
Provisão para participação nos resultados	431.163	48.811.394	49.242.557
Atribuída	424.695	48.771.221	49.195.916
A atribuir	6.468	40.173	46.641
Total bruto	228.088.048	4.722.212.514	4.950.300.562
Resseguro cedido			
Provisão matemática do ramo Vida	849.091	—	849.091
Provisão para sinistros do ramo Vida	1.041.935	—	1.041.935
Total resseguro	1.891.026	—	1.891.026
Saldo líquido	226.197.022	4.722.212.514	4.948.409.536

De acordo com os requisitos do IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento.

Em 31 de dezembro de 2012 foi registada uma responsabilidade adicional no montante de Euros 7.056.000 (2011: reforço de Euros 13.227.000), resultante do teste da adequação das responsabilidades. O teste foi efetuado com base em pressupostos que representam a melhor estimativa (ver nota 38).

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta conta para o ramo não vida é analisado como segue:

EUR	2012				Total
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	
Valor bruto					
Provisão para prémios não adquiridos	21.882.282	5.982.150	5.558.541	2.377.123	35.800.096
Provisão para sinistros	56.270.587	13.885.900	20.933.085	6.861.614	97.951.186
Provisão para participação nos resultados	704.541	—	—	—	704.541
Provisão para desvios de sinistralidade	—	821.797	—	64.126	885.923
Provisão para riscos em curso	1.553.647	127.620	2.265.525	401.263	4.348.055
Total bruto	80.411.057	20.817.467	28.757.151	9.704.126	139.689.801
Resseguro cedido					
Provisão para prémios não adquiridos	5.245.578	1.108.752	—	1.281.347	7.635.677
Provisão para sinistros	3.071.387	3.240.559	709.035	2.219.908	9.240.889
Total resseguro	8.316.965	4.349.311	709.035	3.501.255	16.876.566
Saldo líquido	72.094.092	16.468.156	28.048.116	6.202.871	122.813.235

EUR	2011				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Valor bruto					
Provisão para prémios não adquiridos	24.468.586	5.600.832	5.217.376	3.221.529	38.508.323
Provisão para sinistros	54.739.834	11.312.875	23.002.141	7.311.771	96.366.621
Provisão para participação nos resultados	1.117.811	—	—	—	1.117.811
Provisão para desvios de sinistralidade	—	761.776	—	64.126	825.902
Provisão para riscos em curso	1.396.910	44.615	2.276.568	292.893	4.010.986
Total bruto	81.723.141	17.720.098	30.496.085	10.890.319	140.829.643
Resseguro cedido					
Provisão para prémios não adquiridos	7.295.850	1.116.067	—	1.720.509	10.132.426
Provisão para sinistros	3.169.660	3.134.144	495.373	2.849.579	9.648.756
Total resseguro	10.465.510	4.250.211	495.373	4.570.088	19.781.182
Saldo líquido	71.257.631	13.469.887	30.000.712	6.320.231	121.048.461

Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de trabalho está incluído o montante de Euros 13.973.000 (2011: Euros 13.055.000) referente à provisão matemática de Acidentes de trabalho.

Como resultado da alteração da política de provisionamento do ramo de Acidentes de trabalho, com o objetivo de alinhar com a política de provisionamento das rendas do ramo vida, a provisão para sinistros foi reforçada no montante de Euros 3.702.000 (em 2011: Euros 2.477.000), tendo sido registado na sequência do resultado do teste da adequação das responsabilidades.

A provisão para sinistros vida e não vida, incluindo resseguro aceite, corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de Euros 34.550.000 (2011: Euros 35.391.000) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2012 e ainda não reportados (IBNR).

A provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de Euros 2.187.000 (2011: Euros 2.206.000), de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

A provisão para prémios não adquiridos, líquida de custos de aquisição diferidos, é analisada como se segue:

EUR	2012	2011
Provisão para prémios não adquiridos	41.219.762	44.111.472
Custos de aquisição diferidos	(5.419.666)	(5.603.149)
Saldo líquido	35.800.096	38.508.323

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

Os movimentos nos custos de aquisição diferidos ocorridos durante o ano são analisados como se segue:

EUR	2012	2011
Custos de aquisição diferidos em 1 de janeiro	5.603.149	6.352.617
Custos de aquisição do ano	5.419.666	5.603.149
Amortização dos custos de aquisição	(5.603.149)	(6.352.617)
Custos de aquisição diferidos 31 de dezembro	5.419.666	5.603.149

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

EUR	2012			2011		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Saldo em 1 de janeiro	49.242.557	1.117.811	50.360.368	60.562.949	516.392	61.079.341
Montantes pagos	(47.879.519)	(875.270)	(48.754.789)	(65.759.454)	–	(65.759.454)
Estimativa de montantes a atribuir	44.874.233	462.000	45.336.233	54.439.062	601.419	55.040.481
Total	46.237.271	704.541	46.941.812	49.242.557	1.117.811	50.360.368

A provisão para participação nos resultados inclui o ajustamento relativo ao *shadow adjustment*, o qual corresponde a uma estimativa dos ganhos e perdas potenciais nos ativos afetos à cobertura de responsabilidades com contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária, até ao montante em que é expectável que os tomadores de seguro venham a participar nesses ganhos e perdas não realizadas no momento em que as mesmas se tornem efetivas, de acordo com os respetivos termos contratuais e legislação aplicável. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, não foi constituído qualquer montante de *shadow adjustment* devido ao nível de valias potenciais negativas em carteira.

De acordo com a regulamentação e a legislação contratual em vigor, a participação nos resultados foi calculada para todos os produtos e/ou por apólice, quando aplicável. Para alguns casos, foi atribuída uma participação nos resultados superior à participação legalmente exigida, por decisão da Gestão.

Os montantes de participação nos resultados atribuídos e a atribuir são analisados como se segue:

EUR	2012	2011
Participação nos resultados a atribuir, 1 janeiro	46.641	1.723.071
Libertação, de acordo com plano participação	(40.173)	(1.676.385)
Participação nos resultados a atribuir, 31 dezembro	6.468	46.641
Participação nos resultados, 1 janeiro	49.195.916	58.839.878
Participação nos resultados distribuída no ano	(47.879.519)	(65.759.454)
Participação nos resultados atribuída – contratual	41.558.021	31.186.844
Participação nos resultados atribuída – comercial	3.356.385	24.928.648
Participação nos resultados, 31 dezembro	46.230.803	49.195.916

Nota 24 – Benefícios a empregados

Pensões de reforma e outros benefícios

O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (“Plano CCT” ou “CCT”). Adicionalmente, o Grupo assumiu a responsabilidade com um Plano Complementar e com assistência médica vitalícia.

Em 23 de Dezembro de 2011 foi assinado um novo Plano CCT. Como forma de compensação, durante o primeiro trimestre de 2012, foi pago pelo Grupo aos seus colaboradores um prémio de assinatura de contrato.

De acordo com este CCT revisto, foram introduzidas algumas alterações, as quais podem ser sucintamente apresentadas como segue: (i) um prémio de permanência atribuível aos colaboradores, sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (ii) substituição de um plano de benefício definido por um plano de contribuição definida; e (iii) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de Janeiro de 2012.

De acordo com uma decisão do Conselho de Administração datada de 23 de Novembro de 2006, os colaboradores admitidos até 22 de Setembro de 2006 mantiveram os benefícios estabelecidos no Plano Complementar – benefício definido.

Em 1 de Outubro de 2012, foi decidido o corte daquele Plano Complementar pelo Conselho de Administração. Os colaboradores mantêm contudo os direitos adquiridos até 2011. Tendo em conta que as responsabilidades são as mesmas antes e depois do corte, não existindo adicionalmente a liquidação dessas responsabilidades, esta decisão não gerou impacto em resultados.

As obrigações com pensões de reforma do Grupo estão cobertas pela adesão coletiva n.º 72 ao Fundo de Pensões Aberto designado de “Horizonte Valorização”.

Anualmente, o Grupo procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação atuarial efetuada em cada ano.

A avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios do Grupo é efetuada anualmente, sendo a última com a data de referência de 31 de Dezembro de 2012.

	2012	2011
Número de participantes		
Ativos	419	419
Reformados e Pensionistas	53	43
	472	462

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

A análise comparativa dos pressupostos atuariais é apresentada como segue:

	2012	2011
Taxa de desconto	4,00%	5,25%
Taxa de crescimento salarial	2,50%	2,75%
Taxa de rendimento esperada do fundo	4,00%	5,25%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,75%
Tábua de mortalidade		
Homens	TV88/90	TV88/90
Mulheres	TV 88/90 -2 anos	TV 88/90 -2 anos
Método atuarial	Unidade de Crédito Projetada	Unidade de Crédito Projetada

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2012 e 2011, são como segue:

	2012				2011			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
EUR								
Responsabilidades por benefícios	(33.772.792)	(4.192.781)	(545.191)	(38.510.764)	(28.015.241)	(3.136.959)	(431.319)	(31.583.519)
Justo valor dos ativos do fundo	34.281.572	—	—	34.281.572	28.642.920	—	—	28.642.920
Valor líquido	508.780	(4.192.781)	(545.191)	(4.229.192)	627.679	(3.136.959)	(431.319)	(2.940.599)
(Ganhos)/perdas atuariais não reconhecidos	7.520.439	650.482	—	8.170.921	6.521.849	(175.981)	—	6.345.868
Ativos/(responsabilidades) líquidas de Balanço	8.029.219	(3.542.299)	(545.191)	3.941.729	7.149.528	(3.312.940)	(431.319)	3.405.269

Adicionalmente, o Grupo transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. O número de colaboradores coberto por essas apólices ascende a 9 (2011: 9), e o valor total da responsabilidade ascende a Euros 1.932.000 (2011: Euros 2.012.000), o qual está incluído na valor das provisões matemáticas do Ramo Vida.

Os “Outros benefícios de longo prazo” são relativos a Prémios de Permanência considerados no novo Contrato Coletivo de trabalho para as Companhias de Seguros – “Plano CCT – Contrato Coletivo de trabalho da Atividade Seguradora”.

O acréscimo das responsabilidades em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é analisado como segue:

EUR	2012				2011			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Responsabilidades em 1 de janeiro	28.015.241	3.136.959	431.319	31.583.519	22.149.619	3.203.153	–	25.352.772
Custo do serviço corrente	38.705	129.542	45.418	213.665	325.828	131.311	–	457.139
Custo dos juros	1.445.174	163.062	22.644	1.630.880	1.143.812	165.897	–	1.309.709
Custo do serviço passado	–	–	–	–	–	–	431.319	431.319
Pagamentos efetuados pelo fundo ou Grupo	(992.281)	(85.265)	–	(1.077.546)	(1.156.863)	(58.460)	–	(1.215.323)
(Ganhos)/ perdas atuariais	2.647.456	819.874	45.810	3.513.140	1.206.376	(35.115)	–	1.171.261
Efeito da liquidação do Plano do CCT	–	–	–	–	1.033.164	–	–	1.033.164
Programas de reformas antecipadas e pré-reformas	2.618.497	28.609	–	2.647.106	2.863.305	180.173	–	3.043.478
Transferências entre fundos	–	–	–	–	450.000	(450.000)	–	–
Responsabilidades em 31 de dezembro	33.772.792	4.192.781	545.191	38.510.764	28.015.241	3.136.959	431.319	31.583.519

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, são como segue:

EUR	2012				2011			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
Custo do serviço corrente	38.705	129.542	45.418	213.665	325.828	131.311	–	457.139
Custo dos juros	1.445.174	163.062	22.644	1.630.880	1.143.812	165.897	–	1.309.709
Rendimento esperado do fundo	(1.248.739)	–	–	(1.248.739)	(1.063.932)	–	–	(1.063.932)
Custo do serviço passado	–	–	–	–	–	–	431.319	431.319
Amortização dos ganhos / (perdas) atuariais não reconhecidos	495.283	(6.589)	–	488.694	282.552	(3.940)	–	278.612
Efeito da liquidação do Plano do CCT	–	–	–	–	1.135.699	–	–	1.135.699
Programas de reformas antecipadas e pré-reformas	2.618.497	28.609	45.810	2.692.916	2.863.305	180.173	–	3.043.478
Transferências entre fundos	–	–	–	–	450.000	(450.000)	–	–
Custo do exercício	3.348.920	314.624	113.872	3.777.416	5.137.264	23.441	431.319	5.592.024

A variação do fundo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

EUR	2012	2011
Saldo em 1 de janeiro	28.642.920	22.526.538
Contribuições do Grupo	4.228.611	7.548.769
Pagamentos efetuados pelo fundo	(992.281)	(1.156.864)
Retorno esperado do fundo	1.248.739	1.063.932
Ganhos/(perdas) atuariais do fundo	1.153.583	(1.339.455)
Saldo em 31 de dezembro	34.281.572	28.642.920

Os ganhos e perdas atuariais em 2012 e 2011, são analisadas como segue:

	2012			2011		
	Plano pensões	Outros benefícios	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Total
(Ganhos)/ perdas atuariais no início do exercício	6.521.849	(175.981)	6.345.868	4.361.105	(144.806)	4.216.299
(Ganhos)/ perdas atuariais nas responsabilidades	2.647.456	819.874	3.467.330	2.239.540	(35.115)	2.204.425
(Ganhos)/perdas atuariais do fundo	(1.153.583)	—	(1.153.583)	1.339.455	—	1.339.455
Amortização dos ganhos / (perdas) atuariais não reconhecidos	(495.283)	6.589	(488.694)	(282.552)	3.940	(278.612)
Efeito da liquidação do Plano do CCT	—	—	—	(1.135.699)	—	(1.135.699)
(Ganhos)/ perdas atuariais no final do exercício	7.520.439	650.482	8.170.921	6.521.849	(175.981)	6.345.868

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 os ganhos / (perdas) atuariais resultantes de alterações dos pressupostos atuariais foram de Euros (4.579.000) e Euros (624.000) respetivamente.

As contribuições para o Fundo de Pensões efetuadas pelo Grupo ascenderam a Euros 4.229.000 (2011: Euros 7.549.000), as quais foram na sua totalidade efetuadas em dinheiro. Adicionalmente, em 2012, a Companhia contribuiu com o montante de Euros 177.000 para o novo Plano Complementar de Contribuição Definida.

Os Ativos/ (responsabilidades) líquidas são analisadas como segue:

	2012				2011			
	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Plano pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total
EUR								
Ativos/(responsabilidades) em 1 janeiro em Balanço	7.149.528	(3.312.940)	(431.319)	3.405.269	4.738.024	(3.347.959)	—	1.390.065
Custo normal	(3.348.920)	(314.624)	(113.872)	(3.777.416)	(5.137.264)	(23.441)	(431.319)	(5.592.024)
Contribuições dos empregados e outras contribuições	4.228.611	85.265	—	4.313.876	7.548.768	58.460	—	7.607.228
Ativos/(responsabilidades) em 31 dezembro em Balanço	8.029.219	(3.542.299)	(545.191)	3.941.729	7.149.528	(3.312.940)	(431.319)	3.405.269

A evolução dos benefícios dos empregados e do justo valor dos ativos do fundo são analisadas como segue:

	EUR					
	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Responsabilidades por benefícios	(38.510.764)	(31.583.519)	(25.352.772)	(22.287.383)	(23.210.511)	(19.407.784)
Justo valor dos ativos do fundo	34.281.572	28.642.920	22.526.538	20.854.497	20.218.077	17.950.264
Valor líquido	(4.229.192)	(2.940.599)	(2.826.234)	(1.432.886)	(2.992.434)	(1.457.520)
Ganhos e (perdas) atuariais não reconhecidos	8.170.921	6.345.868	4.216.299	2.975.904	5.843.088	313.290
Ativos/(responsabilidades) líquidas em balanço	3.941.729	3.405.269	1.390.065	1.543.018	2.850.654	(1.144.230)

Os ativos do fundo de pensões são decompostos da seguinte forma:

EUR	2012	2011
Títulos rendimento variável	8.293.018	–
Títulos rendimento fixo	21.682.034	17.297.697
Imóveis	587.065	–
Outros	3.719.455	11.345.223
	34.281.572	28.642.920

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto significativo no custo total com pensões. Considerando esta situação, procedemos a uma análise de sensibilidade considerando uma variação positiva de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde (6,25% para 7,25%). O impacto é analisado como segue:

EUR	2012	2011
Impacto no Custo com Pensões	27.736	20.727
Impacto nas Responsabilidades	670.845	501.913

Adicionalmente, no contexto das alterações aos planos de reforma concedidos pela Companhia aos seus empregados, aprovadas pelo Conselho de Administração, simultaneamente ao corte do Plano Complementar na forma de benefício definido, o Plano Complementar na forma de contribuição definida foi igualmente revisto. As alterações foram implementadas no sentido de tornar este plano mais flexível e ajustado às necessidades de cada trabalhador. O atual plano de contribuição definida, sob o *slogan* “O seu futuro, ao seu ritmo”, aspira alcançar melhores condições de reforma, funcionando como complemento à Segurança Social, assim como pretende estimular a poupança dos trabalhadores, concedendo o benefício de uma contribuição direta adicional por parte da Companhia. A 31 de Dezembro de 2012, em resultado deste novo plano de contribuição definida, a Companhia reconheceu um custo no montante de Euros 177.000.

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

Nota 25 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2012	2011
Tomadores de seguros	17.135.291	16.860.595
Mediadores de seguros	2.352.073	893.779
Resseguradores	11.132.798	11.711.195
	30.620.162	29.465.569
Imparidade	(7.133.791)	(5.169.666)
Total	23.486.371	24.295.903
Outros devedores	4.015.235	13.176.553
Imparidade	(6.526)	(55.807)
Total Outros devedores	4.008.709	13.120.746
Total	27.495.080	37.416.649

Na rubrica Devedores por operações de seguro direto – tomadores de seguro encontra-se registado o montante de Euros 8.809.000 (2011: Euros 7.544.000) referente ao valor de recibos de prémios por cobrar.

Na rubrica Outros devedores encontra-se ainda registado o montante de Euros 7.089.000 (2011: Euro 7.519.000) relativo a reembolsos de sinistros emitidos no âmbito do acordo estabelecido entre o Grupo Banco Comercial Português e os Sindicatos Bancários do Norte, Centro e Sul.

Os movimentos ocorridos no exercício por perdas de imparidade em Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros, são apresentados como segue:

	2012		2011	
EUR	Tomadores. mediadores e resseguradores	Outros	Tomadores. mediadores e resseguradores	Outros
Saldo no início do ano	5.169.666	55.807	4.592.905	81.380
Reversões	(252)	(49.281)	—	(25.573)
Dotação do exercício	1.964.377	—	576.761	—
Saldo no final do ano	7.133.791	6.526	5.169.666	55.807

Nota 26 – Impostos correntes e Impostos diferidos

Em 2012, e enquanto decorrer a intervenção da Troika em Portugal, esperada até ao final de 2013, a carga fiscal é determinada com base numa taxa máxima de 31,5% (compreendendo a taxa nominal de imposto e derramas), como se segue:

EUR

Taxa	Lucro tributável
26.5%	Até 1.500.000
29.5%	1.500.000 a 10.000.000
31.5%	> 10.000.000

As declarações de autoliquidação das subsidiárias do Grupo ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, o qual é alargado para seis anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração das subsidiárias do Grupo que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Os impostos e taxas ativos e passivos são analisados como se segue:

EUR	2012	2011
Ativos por impostos correntes	24.756.596	26.421.656
Imposto sobre rendimento	—	1.693.162
Outros impostos e taxas	24.756.596	24.728.494
Ativos por impostos diferidos	22.252.483	137.292.559
Ativos por impostos	47.009.079	163.714.215
Passivos por impostos correntes	76.997.874	8.475.925
Imposto sobre rendimento	68.533.893	—
Outros impostos e taxas	8.463.981	8.475.925
Passivos por impostos diferidos	53.981.429	61.049.846
Passivos por impostos	130.979.303	69.525.771

O valor em dívida ao setor público estatal, inclui fundamentalmente os impostos correntes a pagar ao Estado e Instituto de Seguros de Portugal, inerentes à atividade Seguradora, nomeadamente impostos sobre Apólices, FAT, Serviço Nacional de Bombeiros e Instituto Nacional de Emergência Médica.

À data de 31 de dezembro de 2012 e 2011, o Estado e outros entes públicos inclui o montante de Euros 24.728.000 relativo ao reembolso do IVA resultante de um contrato de dação de imóveis entre a Millennium BCP – Prestação de Serviços, A.C.E. e a Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.G.F.P., S.A., na qualidade de entidade administradora, gestora e representante do fundo de Pensões do Grupo BCP.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser analisados como segue:

EUR	Ativos		Passivos		Líquido	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Propriedades de investimento	—	16.872	—	—	—	16.872
Ativos intangíveis	—	—	(53.981.429)	(61.049.846)	(53.981.429)	(61.049.846)
Ativos financeiros	1.605.684	29.400.689	—	—	1.605.684	29.400.689
Passivos por contratos de seguro e de investimento	15.367.673	12.242.649	—	—	15.367.673	12.242.649
Provisões	2.350.815	2.138.853	—	—	2.350.815	2.138.853
Prejuízos fiscais reportáveis	—	91.399.798	—	—	—	91.399.798
Outros	2.928.311	2.093.699	—	—	2.928.311	2.093.699
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	22.252.483	137.292.559	(53.981.429)	(61.049.846)	(31.728.947)	76.242.713
Líquido de ativos/ passivos	—	—	—	—	—	—
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	22.252.483	137.292.559	(53.981.429)	(61.049.846)	(31.728.947)	76.242.713

O movimento do imposto diferido de balanço em 2012 e 2011, foi reconhecido como segue:

EUR	2012		2011	
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva de justo valor	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva de justo valor
Propriedades de investimento	(16.872)	—	(16.871)	—
Ativos intangíveis	7.068.417	—	8.191.339	—
Ativos financeiros	459.582	(28.254.587)	1.023.625	10.141.493
Passivos por contratos de seguro e de investimento	3.125.024	—	4.939.001	—
Provisões	211.962	—	(1.094.062)	—
Prejuízos fiscais reportáveis (Segmento Vida)	(27.443.956)	(63.955.842)	(10.925.061)	63.439.511
Outros	834.613	—	1.151.007	—
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	(15.761.230)	(92.210.429)	3.268.979	73.581.004

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2012 e 2011 é analisado como segue:

EUR	2012	2011
Imposto corrente	(28.951.969)	(8.123.820)
Imposto diferido	(15.761.230)	3.268.979
Total do imposto reconhecido em resultados	(44.713.199)	(4.854.841)

O imposto sobre o rendimento reconhecido na reserva de justo valor em 2012 e 2011 é analisado como segue:

EUR	2012	2011
Imposto corrente	(71.090.893)	(24.851.325)
Imposto diferido	83.940.761	176.151.190
Total do imposto reconhecido na reserva de justo valor	12.849.868	151.299.865

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

EUR	2012	2011
Resultado antes de impostos	138.405.569	21.267.313
Taxa de imposto	29,0%	29,0%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	40.137.615	6.167.521
Tributação autónoma	122.566	461.066
Efeito da taxa aplicável aos prejuízos fiscais reportáveis	—	(1.731.104)
Efeito da taxa imposto – derrama adicional	3.758.673	—
Outras diferenças permanentes	694.345	(42.642)
	44.713.199	4.854.841

Nota 27 – Acréscimos e diferimentos

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica Acréscimos e diferimentos inclui um montante de Euros 1.499.000 (2011: Euros 1.473.000), relativos ao serviço prestado pela Accenture na gestão de sinistros dos ramos Acidentes de Trabalho e Automóvel.

Nota 28 – Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento

Esta rubrica no montante de Euros 5.786.792.000 (2011: Euros 5.266.382.000) é relativa aos passivos financeiros relacionados com os contratos de investimento de *unit-linked*. Estes passivos compreendem também o justo valor das garantias ou opções incorporadas nesses contratos.

Nota 29 – Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2012	2011
Depósitos recebidos de resseguradores	13.485.536	15.611.083
Outros passivos financeiros	—	212.524.569
Total	13.485.536	228.135.652

Os depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

Em 2011, a rubrica “Outros passivos financeiros” inclui o valor das responsabilidades inerentes ao contrato de recompra (REPO) de investimentos de rendimento fixo (dívida pública) com o Banco Comercial Português, S.A. Os ativos incluídos no termo do acordo, não foram desreconhecidos nas demonstrações financeiras da Millenniumbcp Ageas uma vez que não houve transferência de riscos e benefícios inerentes à posse desses investimentos (ver nota 36).

Nota 30 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2012	2011
Tomadores de seguros e intermediários	11.434.722	20.577.867
Resseguradores	4.778.913	7.581.069
Credores por operações seguro e resseguro	16.213.635	28.158.936
Outros credores	31.471.604	27.686.610
Total	47.685.239	55.845.546

À data de 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica Outros credores inclui o montante de Euros 24.728.000 relativo ao reembolso do IVA resultante de um contrato de dação de imóveis entre a Millennium BCP – Prestação de Serviços, A.C.E. e a PensõesGere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.G.F.P., S.A., na qualidade de entidade administradora, gestora e representante do fundo de Pensões do Grupo BCP.

Em 2012, o valor de comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A. no montante de Euros 7.524.000 (2011: Euros 17.274.000) estão incluídas na conta de Tomadores de seguros e intermediários.

Nota 31 – Acréscimos e diferimentos

Em 31 de dezembro de 2012, os acréscimos de custos incluem um montante de Euros 4.799.000 (2011: Euros 5.739.000) relativo a *fees* de gestão dos *unit linked* a pagar ao gestor de ativos do Grupo.

Adicionalmente, os acréscimos de custos inclui uma estimativa do valor atual das contribuições futuras do Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT), no montante de Euros 977.000 (2011: Euros 866.000), conforme referido nas políticas contabilísticas.

Nota 32 – Outras Provisões

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2012	2011
Provisão para impostos	93.437	93.437
Outras provisões	5.201.360	5.610.030
Total	5.294.797	5.703.467

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as alterações das outras provisões são analisadas como segue:

EUR	2012	2011
Saldo em 1 de janeiro	5.703.467	10.126.789
Reversão do exercício	(88.670)	(4.423.322)
Dotação do exercício	(320.000)	—
Saldo em 31 de dezembro	5.294.797	5.703.467

Em resultado do processo de reestruturação iniciado pelo Grupo no final do exercício de 2010, através de um programa de reformas antecipadas, foi registada uma provisão de Euros 9.000.000.

Em 2011, as reversões do exercício incluem o montante de Euros 4.423.000 relativo a reformas antecipadas negociadas e a outros ajustes à provisão.

Em Abril de 2012, o Governo Português anunciou alterações ao nível das reformas antecipadas no setor privado. De acordo com estas alterações, em 29 de Outubro de 2012, a Comissão Executiva e o Conselho de Administração aprovaram um esquema faseado e seletivo de pré-reformas, como alternativa ao programa inicialmente baseado em reformas antecipadas. A comunicação destas alterações foi efetuada atendendo às novas condições do programa.

Em 2012, a reversão de Euro 89.000 refere-se ao reforço efetuado à provisão, deduzido dos valores já transferidos para os Fundos de Pensões das Companhias do Grupo, relativos aos colaboradores que aceitaram a pré-reforma. O valor de balanço da provisão para custos de reestruturação em 31 de Dezembro de 2012 é de Euros 4.638.000.

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio consolidado

Nota 33 – Capital, reserva legal, resultados transitados e reserva de justo valor

Capital

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital social da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., encontra-se representado 200.000.475 ações com o valor nominal de Euros 5 cada.

Os acionistas do Grupo são apresentados como segue:

	% Capital social
Ageas Insurance, B.V.	51
Banco Comercial Português, S.A. (*)	49
	100

(*) Através do BCP Investment B.V., detido a 100% pelo Banco Comercial Português S.A.

Reserva legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a Millenniumbcp Ageas tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 5% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 20% do valor do Capital social.

Reserva de reavaliação (reserva de justo valor)

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos investimentos disponíveis para venda, de acordo com as políticas contabilísticas descritas na nota II.1.

A movimentação ocorrida na reserva de justo valor, antes de impostos, durante o ano de 2012 e 2011 foi como segue:

EUR	2012	2011
Saldos em 1 de janeiro	(410.933.395)	(305.632.648)
Ajustamentos no justo valor	420.693.042	(97.880.947)
Vendas	(862.389)	(7.419.800)
Saldos em 31 de dezembro	8.897.258	(410.933.395)

A reserva de justo valor é analisada como se segue:

EUR	2012	2011
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	4.338.425.484	4.987.252.235
Imparidade	(1.640.971)	(51.146.375)
Custo amortizado investimentos disponíveis para venda líquido imparidade	4.336.784.513	4.936.105.860
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	4.345.681.771	4.525.172.465
Ajustamento no justo valor reconhecidos na reserva reavaliação	8.897.258	(410.933.395)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos correntes e diferidos	(25.942.814)	105.427.538
Reserva de reavaliação, líquida de impostos	(17.045.556)	(305.505.857)

O Capital próprio em 31 de dezembro de 2012 é analisado como se segue:

EUR	Capital	Reservas de reavaliação			Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
		Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido				
Capital	1.000.002.375	—	—	—	—	—	—	1.000.002.375
Reservas de reavaliação – ADV	—	8.897.258	(25.942.814)	(17.045.556)	—	—	—	(17.045.556)
Reservas de reavaliação IDM	—	(155.170.730)	38.792.682	(116.378.048)	—	—	—	(116.378.048)
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	93.692.370	93.692.370
Resultados transitados	—	—	—	—	—	381.221.043	—	381.221.043
Reserva legal	—	—	—	—	8.187.297	—	—	8.187.297
Saldos 31 de dezembro 2012	1.000.002.375	(146.273.472)	12.849.868	(133.423.604)	8.187.297	381.221.043	93.692.370	1.349.679.481

O Capital próprio em 31 de dezembro de 2011 é analisado como se segue:

EUR	Capital	Reservas de reavaliação			Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
		Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido				
Capital	1.000.002.375	—	—	—	—	—	—	1.000.002.375
Reservas de reavaliação – ADV	—	(410.933.395)	105.427.539	(305.505.856)	—	—	—	(305.505.856)
Reservas de reavaliação – IDM	—	(183.489.305)	45.872.326	(137.616.979)	—	—	—	(137.616.979)
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	16.412.472	16.412.472
Resultados transitados	—	—	—	—	—	365.278.815	—	365.278.815
Reserva legal	—	—	—	—	7.717.054	—	—	7.717.054
Saldos 31 de dezembro 2011	1.000.002.375	(594.422.700)	151.299.865	(443.122.835)	7.717.054	365.278.815	16.412.472	946.287.881

ADV – ativos disponíveis para venda

IDM – investimentos a deter até maturidade

Na Assembleia Geral realizada a 3 de janeiro de 2013 foi aprovada a distribuição de Reservas Livres aos acionistas, no montante de Euros 40.000.000. O impacto desta medida foi registado nas contas relativas ao período findo em 31 de janeiro de 2013.

II.7 Informação adicional ao reporte por segmentos

Nota 34 – Conta técnica Não Vida por ramo

EUR	2012					2011				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	157.548.720	22.830.405	19.809.185	3.876.460	204.064.770	156.585.059	22.741.228	20.393.581	3.574.699	203.294.567
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(112.438.292)	(13.663.949)	(14.656.639)	(1.362.151)	(142.121.031)	(111.717.432)	(12.877.829)	(16.835.095)	(1.186.886)	(142.617.242)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(156.738)	(143.026)	11.044	(108.370)	(397.090)	618.792	(20.937)	(276.879)	(110.824)	210.152
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(462.000)	—	—	—	(462.000)	(601.419)	—	—	—	(601.419)
Custos e gastos de exploração líquidos	(35.551.206)	(4.812.665)	(5.410.925)	(1.549.824)	(47.324.620)	(34.972.636)	(4.692.055)	(5.166.615)	(1.370.456)	(46.201.762)
Rendimentos	3.017.026	372.692	552.081	200.688	4.142.487	3.707.879	412.426	700.804	236.209	5.057.318
Gastos financeiros	(520.192)	(109.888)	(150.949)	(54.372)	(835.401)	(712.835)	(89.362)	(156.593)	(51.654)	(1.010.444)
Ganhos líquidos de ativos financeiros	(104.577)	2.027	2.772	719	(99.059)	258.164	19.814	32.935	14.610	325.523
Imparidade	—	—	—	—	—	(861.343)	(80.586)	(132.492)	(46.022)	(1.120.443)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	116.742	(213)	—	—	116.529	187.209	(10.841)	—	—	176.368
Margem técnica	11.449.483	4.475.383	156.569	1.003.150	17.084.585	12.491.438	5.401.858	(1.440.354)	1.059.676	17.512.618
Proveito dos investimentos					746.491					1.230.384
Mais/(menos) valias realizadas					(164.878)					(392.859)
Despesas gerais					(118.017)					(1.651.638)
Outros proveitos/(custos) não técnicos					(1.949.792)					(543.700)
Resultado não técnico					(1.486.196)					(1.357.813)
Resultado antes de impostos					15.598.389					16.154.805
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Provisões – Valor bruto	80.411.059	20.817.468	28.757.150	9.704.126	139.689.803	81.723.142	17.720.100	30.496.084	10.890.317	140.829.643
Parte dos resseguradores	8.316.966	4.349.310	709.035	3.501.255	16.876.566	10.465.510	4.250.211	495.373	4.570.088	19.781.182

Nota 35 – Conta técnica do ramo Vida por produto

EUR	2012				2011			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Contratos UL	Total	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Contratos UL	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	146.691.299	138.788.051	—	285.479.350	137.290.120	174.810.662	—	312.100.782
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	—	—	48.535.594	48.535.594	—	—	63.024.243	63.024.243
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(44.842.356)	(647.823.152)	—	(692.665.508)	(61.831.672)	(893.786.810)	—	(955.618.482)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	2.279.053	431.206.767	—	433.485.820	13.095.324	635.261.430	—	648.356.754
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(6.120.356)	(38.753.877)	—	(44.874.233)	(8.031.399)	(46.407.663)	—	(54.439.062)
Custos e gastos de exploração líquidos	(19.486.136)	(20.520.224)	(13.758.081)	(53.764.441)	(19.385.396)	(26.473.967)	(18.507.371)	(64.366.734)
Rendimentos	6.979.536	143.509.696	—	150.489.232	10.549.530	183.888.338	—	194.437.868
Gastos financeiros	(746.827)	(8.053.460)	(9.173.880)	(17.974.167)	(830.542)	(10.072.560)	(13.506.934)	(24.410.036)
Ganhos líquidos de ativos financeiros	(348.369)	12.304.590	2.053.203	14.009.424	1.505.141	(112.403.852)	3.116.052	(107.782.659)
Amortização do valor do negócio adquirido (VOBA)	(20.352.953)	(2.659.618)	(1.361.280)	(24.373.851)	(21.018.990)	(3.088.598)	(4.138.409)	(28.245.997)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	163.309	1.138.588	—	1.301.897	192.101	2.071.141	(63.312)	2.199.930
Margem técnica	64.216.200	9.137.361	26.295.556	99.649.117	51.534.217	(96.201.879)	29.924.269	(14.743.393)
Proveito dos investimentos				14.495.449				17.987.542
Mais/(menos) valias realizadas				4.898.686				(4.271.024)
Despesas gerais				(4.459.062)				(5.867.382)
Outros proveitos/(custos) não técnicos				8.222.989				12.006.764
Resultado não técnico				23.158.062				19.855.900
Resultado antes de impostos				122.807.179				5.112.507

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

II.8 Outras notas

Nota 36 – Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o valor das remunerações do Conselho de Administração são analisadas como segue:

EUR	2012	2011
Remunerações	1.240.826	1.590.884
Contribuições para o fundo de pensões	12.367	27.080
	1.253.193	1.617.964

A análise das transações com partes relacionadas, é analisada como segue:

BALANÇO [EUR]	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	139.303.695	–	–	–	139.303.695
Empréstimos concedidos e contas receber	511.694.670	–	–	–	511.694.670
Ativos financeiros disponíveis para venda	161.498.319	–	–	–	161.498.319
Investimentos a deter até à maturidade	19.578.382	–	–	–	19.578.382
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3.503.148.474	87.192.893	–	–	3.590.341.367
Outros ativos	3.406	4.450	–	4.486.920	4.494.776
Total do ativo	4.335.226.946	87.197.343	–	4.486.920	4.426.911.209
Provisões técnicas	99.507.414	–	–	–	99.507.414
Outros passivos	9.282.546	333.003	27.622	–	9.643.171
Total do passivo	108.789.960	333.003	27.622	–	109.150.585
Líquido Ativo / (Passivo) 2012	4.226.436.986	86.864.340	(27.622)	4.486.920	4.317.760.624
Líquido Ativo / (Passivo) 2011	3.767.232.266	53.981.492	(27.622)	3.836.588	3.825.022.724

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS [EUR]	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Total
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	11.580.961	–	36.380.459	–	47.961.420
Dividendos e juros a receber	131.798.205	–	–	–	131.798.205
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	3.093	–	–	–	3.093
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	400.750.252	37.896.715	–	–	438.646.967
Outros Proveitos	–	272.216	–	–	272.216
Total de proveitos	544.132.511	38.168.931	36.380.459	–	618.681.901
Variação provisões técnicas líquida de resseguro	(9.883.620)	–	(20.218.247)	–	(30.101.867)
Custos de aquisição	(60.503.989)	–	–	–	(60.503.989)
Gastos gerais e administrativos	(16.219.296)	(1.216.503)	(98.325)	(3.663.544)	(21.197.668)
Total de custos	(86.606.905)	(1.216.503)	(20.316.572)	(3.663.544)	(111.803.524)
Líquido Proveitos / (Custos) 2012	457.525.606	36.952.428	16.063.887	(3.663.544)	506.878.377
Líquido Proveitos / (Custos) 2011	(79.639.528)	(21.472.063)	17.374.252	(5.160.705)	(88.898.044)

As transações com o Grupo BCP são referentes, nomeadamente, a investimentos, a comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A. pela distribuição dos produtos do Grupo e a comissões a pagar à Millenniumbcp Prestação de Serviços, A.C.E. por serviços partilhados.

Adicionalmente, em 2011, a Millenniumbcp Ageas fez um acordo de venda e recompra (REPO) de títulos de rendimento fixo (dívida pública) com o Banco Comercial Português, S.A. no montante de Euros 212.525.000. Os ativos vendidos e recomprados nos termos do acordo não foram desreconhecidos pela Millenniumbcp Ageas, uma vez que não houve transferência de riscos e benefícios inerentes à posse desses títulos. A 31 de dezembro de 2012 não havia nenhum contrato de REPO em vigor.

As transações com Partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transações similares.

Nota 37 – Ativos sob gestão

A Pensõesgere é uma Sociedade Gestora de fundos de pensões. Os ativos sob gestão são analisados por tipo de investimento da seguinte forma:

EUR	2012	2011
Títulos de rendimento fixo	1.913.895.754	2.835.331.930
Títulos de rendimento variável	1.763.754.649	504.362.867
Propriedades de investimento	512.050.715	524.852.043
Total	4.189.701.118	3.864.546.840

As variações ocorridas durante o exercício nos fundos sob gestão, são analisadas, como segue:

EUR	2012	2011
Saldo em 1 de janeiro	3.864.546.840	6.717.621.363
Contribuições líquidas	195.839.758	(55.127.982)
Mais/ (menos) valias realizadas	168.201.719	(51.395.742)
Transferências	(38.887.199)	(2.746.550.799)
Saldo em 31 de dezembro	4.189.701.118	3.864.546.840

Em 2011, o montante de Euros 2.746.550.799 refere-se à transferência do Fundo de Pensões do BCP para a Segurança Social, de acordo com os termos do Decreto-lei 127/2011.

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas**Nota 38 – Gestão de riscos**

Um contrato de seguro é a transferência equitativa do risco de uma perda, de uma entidade para outra em troca de um pagamento. É uma forma de gestão de risco usada principalmente para cobertura do risco de uma perda contingente, incerta

fonte Wikipédia

Para o Millenniumbcp Ageas assumir riscos é intrínseco na forma como o Grupo cria valor para os seus clientes, acionistas, entidades reguladoras e agências de avaliação de rating. O objetivo é, por conseguinte, assegurar que o valor é adicionado ao negócio através da aceitação, concentração e transformação dos riscos que podem ser identificados e geridos de forma eficaz dentro de um sistema de gestão de risco devidamente implementado. O Millenniumbcp Ageas vê uma boa gestão de risco como a chave na garantia de um crescimento rentável sustentável e, consequentemente, uma competência nuclear.

Modelo de Governo do Risco

Dentro do modelo de governo do Millenniumbcp Ageas está implementada uma estrutura organizacional de gestão de risco, que interage ativamente com a estrutura de gestão de risco do Grupo Ageas.

A gestão de risco no Millenniumbcp Ageas está suportada num processo com princípios de orientação e num quadro robusto e formalizado. O sistema de Gestão de Risco é definido através de um conjunto de regulamentos, normas de conduta, limites e padrões mínimos de aceitação de riscos pré-identificados. Contem ainda a descrição das funções e responsabilidades no âmbito da gestão de risco e define também os requisitos de reporte.

A função de gestão de risco no Millenniumbcp Ageas está centralizada no Responsável pelo Risco (CRO) que acumula com as funções de Administrador responsável pelo pelouro financeiro (CFO).

Taxonomia de Risco

Para garantir uma abordagem coerente e abrangente visando a identificação de riscos, avaliação, monitorização e resposta, dentro do Millenniumbcp Ageas está implementada uma taxonomia de risco que define as diferentes categorias de riscos que podem afetar transversalmente todo o Grupo.

A Taxonomia de Risco é dividida em quatro grandes categorias:



Os Riscos Financeiros, Operacionais e de Seguros são quantificados no âmbito do Pilar I do regime de Solvência II, enquanto que os Riscos Estratégicos são geridos no âmbito do Pilar II.

Riscos Estratégicos

Os riscos estratégicos cobrem fatores externos e internos que podem afetar a capacidade do Millenniumbcp Ageas em cumprir o seu plano de negócios atual e também de se posicionar para o contínuo crescimento e criação de valor. Isso inclui alterações no ambiente externo, incluindo o ambiente regulamentar e económico, no panorama competitivo ou na forma como as pessoas (clientes ou pessoal) se comportam.

No Millenniumbcp Ageas os riscos estratégicos são geridos através do processo KRR (*Key Risk Reporting*), o qual também contribui para a elaboração e execução da resposta apropriada a nível estratégico. O *Key Risk Reporting* é o resultado do processo de identificação e avaliação dos principais riscos que podem impactar negativamente na realização dos objetivos estratégicos do Millenniumbcp Ageas. Adicionalmente, estão em desenvolvimento outros processos relevantes para a gestão global dos Riscos Estratégicos.

Riscos Financeiros

Modelo de Governo dos Riscos Financeiros

Um dos principais riscos do Millenniumbcp Ageas é o Risco Financeiro, quer a partir do risco de perda, quer de alterações adversas das flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros, denominados “Riscos de Mercado”, ou, em eventuais perdas devido ao comportamento inesperado das contrapartes e devedores, denominado “Risco de Contraparte”.

O modelo de governo relacionado com os Riscos Financeiros no Millenniumbcp Ageas está claramente definido e pode ser resumido da seguinte forma:

- O Conselho de Administração do Millenniumbcp Ageas fornece a aprovação final da estratégia de investimentos;
- As decisões de investimento do Millenniumbcp Ageas são da *responsabilidade do responsável pelo pelouro financeiro (CFO) e do Departamento de Investimentos. Para além disso o CFO tem responsabilidades na gestão do risco de mercado o qual delega no Comité de Gestão de Ativos (subcomité do Comité de Risco).*
- O Departamento de Gestão de Riscos e Atuariado:
 - É responsável pela *Strategic Asset Allocation (SAA)*, bem como pelo relatório sobre a exposição de riscos financeiros do Millenniumbcp Ageas;
 - Propõe novas estratégias de investimento (resultado da SAA) e fornece informações relacionadas ao Comité de Risco e ao CFO;
 - Reporta sobre a adesão à Estratégia de Investimento e políticas relevantes;
 - Apóia medidas (incluindo a mitigação do risco) executadas sempre que necessário, especialmente para evitar ou corrigir os limites definidos (ou seja, limites ligeiros).

02

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

- › Função de Investimentos:
 - Desenvolve a Gestão Operacional de Investimentos;
 - Desenvolve a estratégia de investimento (alocação estratégica) em conformidade com as restrições de risco e a SAA. Caso a responsabilidade seja delegada a um gestor externo de ativos (F&C Portugal), a função de Investimentos fornece uma orientação clara aos gestores de ativos, monitorizando a relação com o F&C Portugal, as suas decisões e ações, por forma a maximizar o retorno;
 - Informar sobre a exposição aos limites definidos pelo AMC/Comité de Risco ou por Reguladores locais.
- › O comité de riscos:
 - É responsável pela aprovação dos limites de risco, monitorizando o seu cumprimento.

No início do ano, o Responsável do Risco teve lugar e tem como principais funções:

- Propor e restringir o apetite ao risco bem como as restrições de riscos agregados;
- Fornecer um parecer sobre a adequação das políticas de risco;
- Membro do Comité de Risco/Gestão de Ativos (AMC).
- Dar parecer sobre a estratégia global de anterior à aprovação pelo Conselho de Administração.

A Gestão de Riscos Financeiros no Millenniumbcp Ageas é desenvolvida em torno de quatro blocos principais:



Gestão dos Riscos Financeiros

Os Riscos Financeiros, de acordo com a Taxonomia de Risco do Millenniumbcp Ageas., estão divididos nas seguintes categorias:

- › Risco de Incumprimento da Contraparte;
- › Risco de Mercado.

Risco de Incumprimento da Contraparte

O Risco de Incumprimento da Contraparte reflete possíveis perdas decorrentes da incapacidade de uma contraparte e/ou devedores cumprirem os termos acordados. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como acordos de resseguro, titularizações e derivados e dívidas a receber de intermediários.

Este risco não inclui o risco de perdas resultantes do incumprimento de ativos comprados para fins de investimento – este risco é definido como um

risco de investimento em vez de risco de incumprimento da contraparte e é coberto dentro do risco de spread e do risco de mercado.

Tendo em conta a possibilidade de sobreposição entre o risco de *spread* e do risco de incumprimento da contraparte, a taxonomia de risco do Millennium-bcp Ageas é elaborada por forma a assegurar que todos os riscos relacionados com o crédito estão identificados e cobertos por um dos tipos de risco referidos, não havendo lugar à dupla contabilização.

Em 2013, a ambição do Millenniumbcp Ageas é monitorizar este risco no âmbito do apetite ao risco e do processo de gestão de capital de acordo com os requisitos de Solvência II.

Nesta categoria de risco está também incluído o Risco de Concentração. Este risco advém de uma grande concentração de exposição a apenas uma contraparte ou uma concentração de exposições para um número de contrapartes correlacionadas (ou seja, uma tendência comum em circunstâncias semelhantes) com potencial para produzir uma perda de capital significativa devido a uma falência ou falta de pagamento.

Riscos de Mercado

Os ativos e passivos do Millenniumbcp Ageas são geridos com o objetivo de maximizar o valor para o acionista, proporcionar um crescimento sólido, melhorar a rentabilidade, cumprir com as necessidades do cliente e proteger o Millenniumbcp Ageas contra qualquer consequência financeira decorrente de alterações nas taxas de juro, câmbio, spreads, ações, etc. O risco de perda ou de provocar alteração da situação financeira resultante, direta ou indiretamente, de flutuações no nível e na volatilidade dos preços no mercado de ativos, passivos e instrumentos financeiros, é definido no Millenniumbcp Ageas como risco de mercado.

A diversificação é uma das ações de mitigação utilizada para reduzir o risco de mercado, e por conseguinte são realizadas monitorizações à carteira de títulos de investimento no âmbito das classificações, indústrias, mercados e países.

Enquanto parte do Risco de Mercado, o Risco de Câmbio surge de alterações no nível ou na volatilidade das taxas de câmbio da moeda (Eur) face à divisa de referência dos ativos e passivos.

Qualquer produto financeiro está expresso numa moeda específica e o risco de câmbio origina uma alteração da taxa de câmbio de uma moeda para a moeda de referência do Millenniumbcp Ageas (Eur). O Millenniumbcp Ageas definiu que todo risco de câmbio deverá ser coberto.

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

O quadro seguinte indica os valores da carteira por tipo de ativo:

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS [EUR]	2012	%	2011	%
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.345.681.771	100,0%	4.525.172.465	100,0%
Dívida pública	1.495.843.123	34,4%	2.029.533.475	44,8%
Obrigações	2.564.752.305	59,0%	2.161.541.300	47,8%
Ações	17.623.156	0,4%	16.484.099	0,4%
Fundos de investimento:				
Obrigações	61.562.607	1,4%	85.537.923	1,9%
Ações	—	0,0%	7.551.085	0,2%
Imobiliário	196.873.917	4,5%	198.426.022	4,4%
Alternativos	9.026.663	0,2%	26.098.562	0,6%
Ativos financeiros ao justo valor	5.506.155.071	100%	4.635.086.256	100%
Dívida pública	262.933.852	4,8%	34.138.199	0,7%
Obrigações	5.002.725.171	90,9%	4.377.235.483	94,4%
Ações	—	0,0%	2.402.957	0,1%
Fundos de investimento:				0,0%
Obrigações	115.978.060	2,1%	99.258.912	2,1%
Ações	104.542.075	1,9%	105.170.807	2,3%
Imobiliário	1.225.653	0,0%	—	0,0%
Alternativos	18.750.260	0,3%	16.879.898	0,4%
Ativos financeiros detidos até à maturidade	697.845.383	100%	670.543.275	100%
Dívida pública	527.493.676	75,6%	504.487.799	75,2%
Obrigações	170.351.707	24,4%	166.055.476	24,8%
Detidos para negociação	209.580.274		(113.996.761)	
Derivados de negociação	209.580.274		98.527.808	
Repo	—		(212.524.569)	
Total	10.759.262.499		9.716.805.235	

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é analisado como se segue:

ATIVO [EUR]	2012	2011
Caixa e disponibilidades	139.303.695	213.549.355
Empréstimos e contas a receber	511.694.670	769.753.833
Devedores por operações de seguro direto, resseguro e outros	27.495.080	37.416.649
Investimentos a deter até à maturidade	697.845.383	670.543.275
Total	1.376.338.828	1.691.263.112
PASSIVO [EUR]		
Outras responsabilidades financeiras	13.485.536	228.135.652
Credores por operações de seguro direto, resseguro e outros	47.685.239	55.845.546
Total	61.170.775	283.981.198

As ações detidas pelo Grupo podem ser decompostas por tipo de setor:

AÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA			
	2012		2011	
	Valor	%	Valor	%
Instituições financeiras	17.620.156	100,0%	16.465.226	99,9%
Comunicações	—	0,0%	16.613	0,1%
Consumíveis não cíclicos	3.000	0,0%	2.250	0,0%
Consumíveis cíclicos	—	0,0%	10	0,0%
	17.623.156	100,0%	16.484.099	100,0%

As obrigações detidas pelo Millenniumbcp Ageas podem ser decompostas por tipo de setor:

OBRIGAÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA				ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR				ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE			
	2012		2011		2012		2011		2012		2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dívida pública	1.495.843.123	36,8%	2.029.533.475	48,4%	262.933.852	5,0%	34.138.199	0,8%	527.493.676	75,6%	504.487.799	75,2%
Instituições financeiras	1.937.998.570	47,7%	1.587.207.039	37,9%	3.745.798.538	71,1%	3.133.680.902	71,0%	19.578.382	2,8%	18.837.223	2,8%
Operações de securitização	5.032.687	0,1%	6.611.866	0,2%	12.843.969	0,2%	13.321.432	0,3%	—	0,0%	—	0,0%
Indústria	149.745.716	3,7%	129.406.897	3,1%	417.165.041	7,9%	397.604.889	9,0%	64.309.128	9,2%	62.817.696	9,4%
Setores básicos e energéticos	169.670.458	4,2%	149.242.569	3,6%	33.111.859	0,6%	26.199.396	0,6%	—	0,0%	—	0,0%
Operações hipotecárias	12.413.679	0,3%	11.487.926	0,3%	7.492.859	0,1%	7.383.560	0,2%	—	0,0%	—	0,0%
Consumíveis não cíclicos	54.756.247	1,3%	48.064.006	1,1%	38.170.208	0,7%	120.635.051	2,7%	—	0,0%	—	0,0%
Consumíveis cíclicos	62.766.232	1,5%	66.659.757	1,6%	103.603.429	2,0%	123.198.237	2,8%	—	0,0%	353.487	0,1%
Comunicações	113.161.653	2,8%	124.970.073	3,0%	203.147.024	3,9%	168.448.094	3,8%	8.782.214	1,3%	8.513.628	1,3%
Matérias primas	—	0,0%	1.053.399	0,0%	358.555.843	6,8%	315.492.230	7,2%	22.390.720	3,2%	21.562.348	3,2%
Diversos	23.147.110	0,6%	6.585.499	0,2%	82.836.401	1,6%	71.271.692	1,6%	55.291.263	7,9%	53.971.094	8,0%
Energia	36.059.953	0,9%	30.252.268	0,7%	—	0,0%	—	0,0%	—	0,0%	—	0,0%
	4.060.595.428	100,0%	4.191.074.774	100,0%	5.265.659.023	100,0%	4.411.373.682	100,0%	697.845.383	100,0%	670.543.275	100,0%

A tabela seguinte mostra a qualidade creditícia dos valores mobiliários (com base em ratings externos ou equivalentes):

OBRIGAÇÕES POR NOTAÇÃO DE <i>RATING</i> [EUR]	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA				ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR				ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE			
	2012		2011		2012		2011		2012		2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AAA	571.752.662	14,1%	1.443.799.588	34,4%	810.748	0,0%	2.875.581	0,1%	–	0,0%	–	0,0%
AA	803.619.902	19,8%	390.926.737	9,3%	3.693.114	0,1%	5.597.484	0,1%	–	0,0%	–	0,0%
A	383.425.399	9,4%	580.399.789	13,8%	11.988.965	0,2%	58.619.784	1,3%	–	0,0%	–	0,0%
BBB	688.448.619	17,0%	656.987.951	15,7%	633.580.921	12,0%	820.137.678	18,6%	28.491.937	4,1%	41.341.074	6,2%
BB	1.357.403.959	33,4%	1.006.534.560	24,0%	1.237.966.893	23,5%	3.425.573.633	77,7%	563.629.686	80,8%	629.202.201	93,8%
B	220.626.632	5,4%	83.115.764	2,0%	3.339.164.591	63,4%	35.231.691	0,8%	103.042.763	14,8%	–	0,0%
CCC	6.051.601	0,1%	–	0,0%	25.861.659	0,5%	1.071.614	0,0%	–	0,0%	–	0,0%
CC	–	0,0%	826.053	0,0%	4.152	0,0%	1.451.314	0,0%	–	0,0%	–	0,0%
C	–	0,0%	–	0,0%	–	0,0%	6.599.850	0,0%	–	0,0%	–	0,0%
Não cotados	29.266.654	0,7%	28.484.332	0,7%	12.587.980	0,2%	54.215.053	1,2%	2.680.997	0,4%	–	0,0%
Total	4.060.595.428	100,0%	4.191.074.774	100,0%	5.265.659.023	100,0%	4.411.373.682	100,0%	697.845.383	100,0%	670.543.275	100,0%
Dívida pública – AFDV	1.495.843.123	36,8%	2.029.533.475	48,4%	262.933.852	5,0%	34.138.199	0,8%	527.493.676	75,6%	504.487.799	75,2%
Obrigações – AFDV	2.564.752.305	63,2%	2.161.541.300	51,6%	5.002.725.171	95,0%	4.377.235.483	99,2%	170.351.707	24,4%	166.055.476	24,8%
Total	4.060.595.428	100,0%	4.191.074.774	100,0%	5.265.659.023	100,0%	4.411.373.682	100,0%	697.845.383	100,0%	670.543.275	100,0%

Para depósitos, outros devedores por operações de seguros e outras operações de crédito (baseados em notações de rating externas ou equivalentes) os números são os seguintes (os montantes associados aos ratings referem-se apenas aos resseguradores que apresentam saldo devedor):

EUR	2012		2011	
	Valor	%	Valor	%
Depósitos em Instituições de Crédito				
B	650.998.365	100,0%	983.303.188	100,0%
Outros devedores por operações de seguros e outras operações				
AAA	–	0,00%	219.951	0,59%
AA	3.491.459	12,70%	4.419.230	11,81%
A	3.317.908	12,07%	5.092.435	13,61%
BBB	1.203.341	4,38%	–	0,00%
Sem <i>rating</i>	19.482.372	70,86%	27.685.033	73,99%
	27.495.080	100,00%	37.416.649	100,00%
Total	678.493.445		1.020.719.837	

As unidades de participação em fundos de investimento detidas pelo Grupo podem ser decompostas por tipo e região geográfica:

FUNDOS DE INVESTIMENTO POR ZONA GEOGRÁFICA [EUR]	DISPONÍVEIS PARA VENDA				
	Portugal	Luxemburgo	Ilhas Caimão	Total	%
Obrigações	–	61.562.607	–	61.562.607	23,0%
Imobiliário	196.873.917	–	–	196.873.917	73,6%
Alternativos	2.346.823	6.679.840	–	9.026.663	3,4%
Total em dezembro de 2012	199.220.740	68.242.447	–	267.463.187	100,0%
Obrigações	–	85.537.923	–	85.537.923	26,9%
Ações	2.423.625	5.127.460	–	7.551.085	2,4%
Imobiliário	198.426.022	–	–	198.426.022	62,5%
Alternativos	–	–	26.098.562	26.098.562	8,2%
Total em dezembro de 2011	200.849.647	90.665.383	26.098.562	317.613.592	100,0%

FUNDOS DE INVESTIMENTO POR ZONA GEOGRÁFICA [EUR]	ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR									
	Portugal	Luxemburgo	França	Irlanda	Ilhas Virgens	EUA	Inglaterra	Alemanha	Total	%
Obrigações	426.079	105.962.985	3.154.454	5.809.988	–	–	624.554	–	115.978.060	48%
Ações	105.626	72.305.781	–	25.640.332	–	495.208	5.995.128	–	104.542.075	43%
Imobiliário	–	1.225.653	–	–	–	–	–	–	1.225.653	1%
Alternativos	–	11.919.721	–	628.988	5.784.460	–	417.091	–	18.750.260	8%
Total em dezembro de 2012	531.705	191.414.140	3.154.454	32.079.308	5.784.460	495.208	7.036.773	–	240.496.048	100,0%
Obrigações	387.133	77.240.840	14.956.726	6.151.523	–	–	522.690	–	99.258.912	45%
Ações	91.272	76.161.143	–	18.582.687	–	478.760	4.148.199	5.708.746	105.170.807	48%
Imobiliário	–	–	–	–	–	–	–	–	–	0,0%
Alternativos	–	10.736.640	–	–	6.143.258	–	–	–	16.879.898	8%
Total em dezembro de 2011	478.405	164.138.623	14.956.726	24.734.210	6.143.258	478.760	4.670.889	5.708.746	221.309.617	100,0%

Nesta categoria de risco está também incluído o Risco de Liquidez.

Como parte do Risco de Mercado, o Risco de Liquidez é o risco esperado e inesperado das exigências de caixa pelos tomadores de seguros e por outros titulares de contratos que não podem ser satisfeitos sem sofrer perdas ou sem pôr em perigo o negócio devido a restrições de disponibilidade de ativos.

Para monitorizar o Risco de Liquidez, a abordagem do Millenniumbcp Ageas enquadra-se numa combinação de gestão de recursos de financiamento, bem como na manutenção de uma reserva de ativos altamente negociáveis (de acordo com as regras de investimento).

Os números apresentados não devem ser comparados com os montantes de balanço, uma vez que incluem a projeção de fluxos de caixa que não são descontados.

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, os cash-flows previsionais (não descontados) para os instrumentos financeiros, de acordo com sua maturidade, são apresentados da seguinte forma:

RISCO DE LIQUIDEZ 2012 [EUR]	< 1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros a taxa fixa	186.471.381	312.562.335	974.989.939	2.369.218.719	900.076.937	—	4.743.319.311
Ativos financeiros a taxa variável	19.974.959	134.706.991	110.289.782	370.378.734	33.668.946	—	669.019.412
Outros ativos financeiros	575.899.974	85.615.911	314.048.597	40.944.374	21.538.550	285.086.343	1.323.133.749
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	21.272.354	351.448.122	1.069.669.917	3.051.340.227	1.988.955.684	240.496.048	6.723.182.352
Ativos financeiros	803.618.668	884.333.359	2.468.998.235	5.831.882.054	2.944.240.117	525.582.391	13.458.654.824
Ativos não financeiros	2.828.044	5.656.087	27.280.224	115.634.209	29.761.194	403.844.815	585.004.573
Total de ativos	806.446.712	889.989.446	2.496.278.459	5.497.516.263	2.974.001.311	929.427.206	14.043.659.397
Outros passivos financeiros	(34.876.550)	21.132.072	45.463.855	29.385.091	55.313	10.994	61.170.775
Passivos em que o risco é suportado pelo tomador de seguro	18.502.673	239.529.359	996.151.545	2.955.515.245	1.577.092.969	—	5.786.791.791
Passivos financeiros	(16.373.877)	260.661.431	1.041.615.400	2.984.900.336	1.577.148.282	10.994	5.847.962.566
Passivos não financeiros	57.381.437	42.469.475	914.096.876	2.296.594.814	2.523.523.460	—	5.834.066.062
Total de passivos	41.007.560	303.130.906	1.955.712.276	5.281.495.150	4.100.671.742	10.994	11.682.028.628

RISCO DE LIQUIDEZ 2011 [EUR]	< 1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros a taxa fixa	284.008.718	144.687.051	1.128.741.099	2.566.988.994	1.212.976.621	—	5.337.402.483
Ativos financeiros a taxa variável	10.713.003	59.466.158	60.049.117	332.857.691	360.200.681	—	823.286.650
Outros ativos financeiros	773.225.259	71.971.489	220.443.038	65.155.994	1.052.708	224.453.952	1.356.302.440
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	160.208.126	499.716.994	267.469.490	2.467.279.560	1.342.542.396	334.112.640	5.071.329.206
Ativos financeiros	1.228.155.106	775.841.692	1.676.702.744	5.432.282.239	2.916.772.406	558.566.592	12.588.320.779
Ativos não financeiros	3.053.494	6.106.989	29.544.767	237.402.250	31.007.923	420.982.512	728.097.935
Total de ativos	1.231.208.600	781.948.681	1.706.247.511	5.669.684.489	2.947.780.329	979.549.104	13.316.418.714
Outros passivos financeiros	18.742.360	13.623.690	228.179.449	23.747.695	99.540	19.785	284.412.519
Passivos em que o risco é suportado pelo tomador de seguro	9.219.527	180.420.081	449.961.242	3.222.871.853	1.403.909.790	—	5.266.382.493
Passivos financeiros	27.961.887	194.043.771	678.140.691	3.246.619.548	1.404.009.330	19.785	5.550.795.012
Passivos não financeiros	65.182.975	36.245.108	248.633.606	3.123.701.690	2.643.169.513	—	6.116.932.892
Total de passivos	93.144.862	230.288.879	926.774.297	6.370.321.237	4.047.178.843	19.785	11.667.727.904

Os saldos apresentados não são comparáveis com os saldos contabilísticos, uma vez que incluem fluxos de caixa projetados e não se encontram descontados.

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve por base os princípios e pressupostos existentes no Millenniumbcp Ageas para a gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários respeitantes aos requisitos de divulgação aplicáveis.

Para ativos financeiros, nomeadamente os investimentos foi utilizado como critério a maturidade contratual e a data de vencimento, tendo sido considerado o valor nominal adicionado ao valor do cupão projetado a pagar até à maturidade, aplicando-se para a taxa variável (*floating rate notes*) o cupão pago em dezembro de 2012 e 2011 respetivamente.

No que diz respeito ao passivo, no apuramento dos cash-flows previsionais da provisão matemática do ramo vida (passivos não financeiros) e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento, foram considerados os seguintes pressupostos:

- i) O valor de balanço dos contratos “Unit Linked” foi considerado com maturidade “à vista”;
- ii) No cálculo dos cash-flows não foram considerados resgates antecipados.

Millenniumbcp Ageas – Riscos Específicos de Seguros

Modelo de Governo dos Riscos Específicos de Seguros

O Millenniumbcp Ageas gere o risco específico dos seguros através da conjugação das suas políticas de subscrição (underwriting), de pricing, de provisionamento e de resseguro.

A estrutura de governo do Risco de Seguros é resumida como se segue:

- › A área de subscrição (como parte da primeira linha de defesa) é responsável por assegurar que são desenvolvidos os processos adequados para gerir os riscos de subscrição e que estes processos apoiam a realização dos objetivos estratégicos do negócio;
- › Definição de uma Política de Subscrição e dos respetivos limites de aceitação de riscos. Caso estes limites sejam ultrapassados, o Responsável de Risco é informado sobre o limite ultrapassado e sobre as ações de mitigação que vão ser desenvolvidas;
- › A função de Gestão do Risco é responsável por definir o Apetite ao Risco de Subscrição bem como o Apetite ao Risco de forma agregada e avaliar/gerir os riscos de seguro de acordo com as políticas e regulamentos estabelecidos no Millenniumbcp Ageas;
- › A função de Gestão do Risco tem uma visão agregada dos riscos de subscrição assumidos;
- › O Comité de Risco é responsável pela aprovação dos Limites de Risco, avaliando regularmente a adequação dos prémios e das provisões técnicas;
- › É desenvolvido um plano de negócios/orçamento de acordo com o perfil de risco do Grupo. Caso seja necessário, são desenvolvidos controlos para garantir que os riscos permanecem dentro dos objetivos definidos;
- › Caso os limites sejam ultrapassados, deve ser desencadeado um processo de comunicação ao Responsável do Risco.

Diversos departamentos do Millenniumbcp Ageas estão envolvidos na Gestão de Riscos de Seguros, tais como Departamento de Gestão de Risco e Atuariado, Subscrição, Resseguro e Investimentos.

Subscrição e Pricing

A subscrição é uma das atividades mais importantes da atividade seguradora fazendo parte do processo global de gestão do risco de seguros. Um contrato de seguro transfere o risco dos segurados para a companhia de seguros. O processo pelo qual os segurados são segmentados de acordo com os níveis de

02

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

sinistralidade esperada, possibilitando uma adequada definição do prémio assente no perfil de risco do segurado, é o processo de subscrição. Este processo permite que o prémio seja adequado ao nível do risco esperado incluindo ainda uma margem para desvios inesperados.

As políticas de subscrição integram as políticas globais de gestão de riscos. As mesmas são definidas e revistas em articulação com o departamento atuarial, atendendo aos dados históricos de perdas registadas. Para o efeito, é usado um vasto conjunto de indicadores de desempenho e ferramentas de análise estatística por forma a melhorar as normas de subscrição, melhorar a experiência em termos de perdas e/ou assegurar um ajustamento adequado dos preços.

O resultado do processo de Subscrição deve fornecer prémios adequados para cobrir tanto os riscos esperados como os inesperados das apólices de seguros.

Os preços são testados recorrendo a técnicas e indicadores de desempenho adequados à carteira, tanto numa base à priori (por exemplo, profit testing), como à posteriori (por exemplo, o embedded value e os rácios combinados).

Os fatores levados em consideração na definição dos preços dos contratos de seguros variam consoante o tipo de produto e os benefícios oferecidos, mas em geral incluem o seguinte:

- › Os custos estimados com sinistros e outros benefícios a pagar aos segurados e os seus prazos;
- › O nível de incerteza associado aos custos esperados (o que inclui uma análise estatística dos custos com sinistros, bem como da evolução da jurisprudência, da conjuntura económica e das tendências demográficas);
- › Outros custos associados à comercialização de cada produto, tais como custos com a distribuição, o marketing, a gestão de apólices e a gestão de sinistros;
- › Condições do mercado de capitais e inflação;
- › Requisitos de capital (solvência);
- › Objetivos de rentabilidade;
- › Condições do mercado segurador, nomeadamente o preço de produtos semelhantes oferecido por concorrentes.

Provisionamento

A adequação das responsabilidades é revista anualmente, sendo as alterações consideradas necessárias imediatamente reconhecidas e registadas. O teste de adequação das responsabilidades (LAT) está em linha com as exigências dos IFRS, sendo definido por forma a dar garantias à gestão do Millenniumbcp Ageas que existem ativos ou provisões suficientes para fazer face às responsabilidades calculadas ao justo valor (best-estimate), i.e., calculadas numa base económica, e também com um elevado grau de confiança.

Adicionalmente, a análise da adequação dos prémios e das provisões é regularmente efetuada, pelos atuários responsáveis, sendo as provisões do ramo não vida regularmente certificadas por uma entidade externa.

Resseguro

Quando apropriado, o Millenniumbcp Ageas celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco. O resseguro pode ser feito apólice a apólice

(resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco inaceitável de acumulação de sinistros, nomeadamente devido a fenómenos climatéricos (desastres naturais). Os eventos mencionados anteriormente estão diretamente relacionados com as condições atmosféricas bem como com a própria atividade do Homem. A seleção das resseguradoras baseia-se principalmente em critérios relacionados com o preço e a gestão do risco de crédito da contraparte.

O principal objetivo do resseguro é mitigar o impacto de grandes catástrofes tais como terremotos/sismos, tempestades ou inundações, grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados e o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

Alguns resseguradores manifestaram a intenção de deixar de assumir coberturas ilimitadas e de cobrir riscos de terrorismo de natureza nuclear, biológica ou química. As seguradoras envolvidas, em conjunto com associações do setor, têm vindo a debater com os respetivos governos possíveis soluções para este problema. Tais soluções podem passar pela disponibilização de coberturas limitadas ou a criação de soluções (parcialmente) patrocinadas pelos governos.

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro e franquias por linha de negócio é resumida de seguida:

NÃO VIDA E SAÚDE [EUR]

Ramo	Tipo de Resseguro	Limite de Cobertura	Retenção líquida
Incêndio	Excelente	15.000.000	300.000
Incêndio (catástrofes naturais)	Excesso de Perdas (XL)	400.000.000	20.000.000
Responsabilidade Civil	Excesso de Perdas (XL)	2.450.000	50.000
Engenharia	Quota Parte + Excedente	2.750.000	250.000
Acidentes Pessoais	Excedente	1.500.000	75.000
Automóvel – responsabilidade civil	Excesso de Perdas (XL)	50.000.000	750.000
Automóvel – cascos	Excesso de Perdas (XL)	4.250.000	750.000
Marítimo	Quota Parte	1.000.000	40%
Transportes	Excedente	1.500.000	75.000
Acidentes Pessoais (catástrofes)	Excesso de Perdas (XL)	50.000.000	250.000
Acidentes de trabalho	Excesso de Perdas (XL)	30.000.000	500.000
Saúde (Munich)	Quota Parte	1.000.000	20%
Saúde (Acunsa)	Quota Parte	Ilimitado	0%

VIDA [EUR]

Ramo	Tipo de Resseguro	Limite de Cobertura	Retenção líquida
Vida/Invalidez	Excedente	4.000.000	100.000
Vida (catástrofes)	Excesso de Perdas (XL)	15.000.000	300.000

Gestão dos Riscos de Responsabilidades de Seguros

A aceitação de riscos através de contratos de seguro, deve ser sujeita a princípios robustos de gestão de risco. A exposição ao risco de seguro que o

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

Millenniumbcp Ageas está disposto a aceitar, deve estar em linha com o apetite ao risco e com a estratégia definida.

Os riscos assumidos através de contratos de seguros são classificados como Riscos Específicos de Seguros, de acordo com a taxonomia de riscos em vigor no Millenniumbcp Ageas.

O Risco Específico de Seguros refere-se a todos os riscos inerentes à atividade seguradora, excluindo quaisquer elementos cobertos pelos riscos financeiro e operacional. De acordo com a taxonomia de risco do Millenniumbcp Ageas, os riscos específicos de seguros estão definidos como riscos de responsabilidades de seguros de vida.

- › Riscos de responsabilidades de seguros de vida;
- › Riscos de responsabilidades de seguros não vida;
- › Riscos de responsabilidades de seguros de saúde.

Riscos Específicos de Responsabilidades de Seguros de Vida

O risco específico de Seguros de Vida é dividido em dois grandes blocos: Risco de Subscrição de Vida e o Risco de Catástrofe.

Os sinistros relativos aos produtos de seguro de vida risco e de rendas vitalícias, são sensíveis a mudanças nas taxas de mortalidade. Descidas nas taxas de mortalidade relacionadas com o preço da mortalidade são conhecidas como risco de longevidade, enquanto os aumentos são referidos como risco de mortalidade. O aumento inesperado nas taxas de mortalidade conduzirá a um aumento dos sinistros previstos para os produtos de vida risco e a uma diminuição dos sinistros para produtos de rendas vitalícias, enquanto que o decréscimo nas taxas de mortalidade (risco de longevidade) terá o impacto oposto. Dada a natureza a longo prazo do ramo vida, mudanças inesperadas nas taxas de resgates ou despesas a curto prazo também podem ter um impacto significativo.

O Risco de Catástrofe é o risco de perda ou de alteração do valor do passivo seguro, resultante da incerteza significativa dos preços e provisionamento dos pressupostos relacionados com eventos extremos ou excecionais.

Um dos riscos de seguro de vida, o risco de longevidade, ocorre quando um decréscimo inesperado das taxas de mortalidade conduz a aumentos de sinistros superiores aos esperados em produtos como as rendas vitalícias. O risco de longevidade é gerido através do pricing da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os prémios e constituir as provisões. Na conclusão de que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são constituídas provisões suplementares e os prémios ajustados em conformidade.

Tendo em conta o aumento contínuo esperado na expectativa de vida da população segura, o risco de aumento inesperado da esperança de vida, dá origem a outro risco de seguros de vida bastante importante, o risco de mortalidade, não tendo este um impacto significativo ao nível da carteira atual. No entanto, o risco de mortalidade pode tornar-se significativo se se manifestarem doenças epidémicas ou se ocorrer um grande número de mortes na sequência de catástrofes, tais como acidentes industriais ou ataques terroristas. O risco de mortalidade é mitigado através da política de subscrição e da revisão regular

das tabelas de mortalidade, mas também através de tratados de resseguro de proteção da retenção.

De acordo com a atual regulamentação, as provisões para seguros de vida são calculadas de acordo com os pressupostos atuariais definidos em cada apólice.

Os principais pressupostos atuariais usados no cálculo do valor das reservas matemáticas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	Pensões remíveis	Pensões não remíveis
Tabela de mortalidade	TD 88/90	35% TV 88/90 65% TV 73/77
Taxa de desconto	5.25%	3.5%
Comissões de gestão	2.4%	4.0%

Relativamente a Acidentes de Trabalho, a análise da adequação das responsabilidades só se aplica às pensões não remíveis. Os pressupostos tomados em consideração são iguais aos referidos supra, sendo que a taxa de desconto corresponde à taxa de juro sem risco.

De acordo com a atual regulamentação, as provisões para seguros de vida são calculadas de acordo com os pressupostos atuariais definidos em cada apólice.

Para o Millenniumbcp Ageas os pressupostos são os seguintes:

	Tabela de Mortalidade	Taxa Técnica
Risco	PM 60/64 or GKM 80	3% or 4%
Rendas*	TV 73/77. GKF 80. GKF 95	2.75%. 3%. 3.5%
Produtos financeiros com participação nos resultados	PF 60/64 or GKF 80	0%. 2%. 2.4%. 3%. 3.25% or 4%

* A reserva matemática de cada apólice em vigor não poderá ser inferior ao montante calculado com base na tábua de mortalidade TV 73/77 e na taxa técnica de 3,5%.

Em 31 dezembro de 2012 e de 2011, para efeitos de análise da adequação das responsabilidades, os pressupostos relativos à mortalidade baseiam-se nas melhores estimativas decorrentes da análise histórica das carteiras. Os cash flows futuros são avaliados através do modelo interno de *embedded value* e foram descontados com base na curva de taxas de juro sem risco. Os pressupostos de mortalidade usados foram os seguintes:

	2012		2011	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Vida Risco				
Vida Ativa	70% GKM95	70% GKF95	70% GKM95	70% GKF95
Crédito Habitação	50% GKM95	47,5% GKF95	52,5% GKM95	50% GKF95
Crédito Pessoal	50% GKM95	45% GKF95	55% GKM95	50% GKF95
Rendas Vitalícias	100% PERM2000C	100% PERF2000C	100% PERM2000C	100% PERF2000C
Capitalização e PPR's	40% GKM95	40% GKF95	40% GKM95	40% GKF95

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

O risco de invalidez cobre a incerteza das perdas efetivas devidas à ocorrência de taxas de invalidez superiores às esperadas e pode ser mais relevante na carteira de seguros de vida risco.

A incidência deste risco, bem como as taxas de recuperação são influenciadas por vários fatores tais como o ambiente económico, a intervenção governamental, avanços da medicina, bem como os critérios utilizados para a avaliação da invalidez. Este risco é gerido através duma revisão regular do padrão histórico de sinistros e das tendências futuras esperadas, assim como através do ajustamento dos preços, provisões e política de subscrição, sempre que tal se justifique. O Millenniumbcp Ageas também mitiga o risco de invalidez através da adoção de questionários médicos adequados e de uma cobertura apropriada de resseguro.

O Millenniumbcp Ageas executa com regularidade análises de sensibilidade do justo valor das responsabilidades de seguros. O justo valor das responsabilidades é determinado como o valor atual líquido dos fluxos futuros, considerando para o efeito o valor das opções embutidas, nomeadamente a distribuição de participação nos resultados. A valorização é realizada com base em princípios de mercado, i.e., os fluxos resultantes dos contratos de seguro são descontados à taxa de juro sem risco, enquanto os fluxos adicionais, como por exemplo a participação nos resultados, são valorizados com base em princípios de risco neutros.

Na tabela seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade do justo valor dos capitais a alterações de fatores financeiros e não financeiros. Deve ser entendido como justo valor dos capitais a diferença entre o justo valor dos ativos e das responsabilidades:

VIDA [EUR]

Análises de Sensibilidade	Impacto no Justo Valor em 31.12.2012	Impacto no Justo Valor em 31.12.2011
Taxas de juro sem risco +100 bp	28.493.744	52.617.880
Taxas de juro sem risco -100 bp	(55.021.179)	68.194.562
Imobiliário e Ações -10%	(25.912.935)	(37.261.673)
Despesas gerais -10%	12.129.076	11.957.489
Taxas de Mortalidade -5%	8.698.677	9.335.125
Taxas de anulação/resgate -10%	15.968.503	20.038.206

Riscos Específicos de Responsabilidade de Seguros Não Vida e de Saúde

O Risco Específico de Responsabilidade de Seguros Não Vida reflete o risco decorrente das obrigações de seguro Não Vida, em relação à cobertura de responsabilidades e aos custos de regularização de sinistros.

O Risco Específico de Seguros Não Vida pode surgir devido à incerteza dos níveis de sinistralidade relativamente aos ramos Automóvel, Incêndio e Multiriscos, Responsabilidade Civil, Acidentes de Trabalho e outras linhas de negócios.

Para o risco específico de responsabilidade de seguros de Saúde e de Acidentes de Trabalho, a incerteza dos custos está também relacionada com variações nos custos médicos. As taxas de invalidez podem também ser incluídas no

risco de longevidade quando os produtos são vitalícios, como sejam, pensões de acidentes de trabalho e algumas apólices de saúde.

O tempo necessário para conhecer e liquidar os sinistros é um fator importante a ter em conta no processo de análise da volatilidade/severidade dos respetivos custos. Os sinistros de curto prazo (i.e., sinistros com prazo de regularização curto), tais como os decorrentes do seguro automóvel/danos materiais e seguro de multirriscos, em geral são comunicados e liquidados em pouco tempo. A resolução de sinistros, tais como os relativos a danos corporais, pode levar anos a serem encerrados. Estes sinistros, devido à natureza das perdas, tornam as informações relativas à ocorrência mais difíceis de obter bem como os tratamentos médicos necessários mais morosos. Para além disso, a análise de perdas de longo prazo é mais difícil e obriga a um trabalho mais pormenorizado, resultando numa maior incerteza quanto às estimativas dos pagamentos futuros.

As provisões para sinistros dos seguros não vida são estimadas para sinistros já ocorridos mas ainda não comunicados e para os sinistros já declarados mas ainda não totalmente liquidados. Em geral, o Millenniumbcp Ageas constitui provisões por sinistro, cobertura e tipo de dano, tomando em linha de conta as projeções dos pagamentos não descontados e também a estimativa dos sinistros ainda não declarados. É ainda considerado o custo da inflação futura.

A provisão para riscos em curso, risco relativo às apólices para os quais os prémios já foram recebidos mas o período ainda não expirou, são cobertos pela provisão para prémios não adquiridos, para cobrir o risco referente à parte do tempo ainda não decorrido. Mensalmente são efetuados testes de adequação de prémios e, se se concluir que os prémios não adquiridos não serão suficientes para cobrir os sinistros esperados relativos ao período em falta, são constituídas provisões para riscos em curso.

A adequação global das provisões técnicas é testada trimestralmente, em linha com a política do Grupo Ageas e é certificada regularmente por uma entidade externa e independente. Os eventuais ajustamentos resultantes das estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes da exploração. Adicionalmente, quando for necessário e adequado, as políticas de subscrição e preços são revistas.

O quadro seguinte apresenta a evolução das provisões para sinistros e a adequação histórica deste tipo de provisões:

EUR	POSIÇÃO BALANÇO NO FECHO DO ANO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Provisões para sinistros, incluindo IBN(ER) no final do exercício		59.961.862	61.885.453	63.824.579	70.184.162	74.406.671	78.628.226	78.089.708
Pagamentos acumulados a:								
	Um ano de desenvolvimento	21.763.715	20.603.878	26.212.709	34.129.809	32.068.910	35.727.056	
	Dois anos de desenvolvimento	24.404.684	26.243.302	33.145.210	41.448.744	38.527.958		
	três anos de desenvolvimento	27.235.730	31.052.408	36.871.536	45.013.046			
	Quatro anos de desenvolvimento	30.078.011	34.211.856	39.361.682				
	Cinco anos de desenvolvimento	32.453.105	38.716.340					
	Seis anos de desenvolvimento	36.512.397						
Reservas reavaliadas a:								
	Um ano de desenvolvimento	54.685.321	52.871.836	58.658.157	70.412.088	65.179.098	66.628.765	
	Dois anos de desenvolvimento	51.217.276	53.022.951	59.938.850	66.506.977	61.822.175		
	três anos de desenvolvimento	49.511.959	54.068.029	56.852.726	62.898.759			
	Quatro anos de desenvolvimento	46.541.525	51.117.267	54.022.251				
	Cinco anos de desenvolvimento	44.408.121	51.151.708					
	Seis anos de desenvolvimento	45.269.328						
(In)Suficiência acumulada em excesso das reservas iniciais face às reservas reavaliadas à data:								
	Valor nominal (d)	14.692.534	10.733.744	9.802.329	7.285.403	12.584.496	11.999.461	
	Porcentagem	24,5%	17,3%	15,4%	10,4%	16,9%	15,3%	

Reconciliação entre as reservas apresentadas no triângulo e as reservas constantes no balanço

	11/12/31	12/12/31
Provisões para sinistros no final do exercício (a)	78.628.226	78.089.708
Provisões para sinistros a valores atualizados – Provisões matemáticas de Acidentes de trabalho (b)	15.532.515	17.674.815
Provisões para encargos futuros de gestão de sinistros	2.205.880	2.186.663
Total provisões para sinistros Não Vida	96.366.621	97.951.186

Para mitigar este risco, o Grupo recorre a critérios de seleção e políticas de subscrição baseadas na experiência histórica de sinistros e respetiva modelização. Este processo é efetuado por tipo de segmento de clientes e por classe de negócio, reforçado com o conhecimento quanto às expectativas ou evolução futura da frequência e gravidade dos sinistros. O risco de grandes perdas potenciais é mitigado através de limites impostos, da gestão do risco de concentração e por contratos de transferência de risco celebrados para o efeito, i.e., resseguro.

O Millenniumbcp Ageas contribui para a diversificação do negócio não vida (quer em termos de produtos quer em termos geográficos) reduzindo o risco.

O rácio combinado é representado pela soma do rácio de sinistralidade e do rácio de despesas. O rácio de despesas resulta do quociente entre a divisão das despesas gerais imputáveis ao ramo (custos administrativos, amortizações, comissões e remuneração à rede, etc.) e os prémios adquiridos. O rácio de sinistros resulta do quociente entre os custos com sinistros e os prémios adquiridos.

O rácio combinado a 31 de dezembro de 2012 e 2011 é o seguinte:

	NÃO-VIDA		ACIDENTES E DOENÇA		AUTOMÓVEL		INCÊNDIO		OUTROS	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Rácio Sinistros	62,2%	64,5%	67,1%	67,1%	73,8%	82,3%	46,3%	52,7%	16,2%	24,9%
Rácio Despesas	24,3%	23,9%	23,2%	23,0%	26,9%	25,0%	28,0%	27,6%	22,3%	18,7%
Rácio Combinado Sinistros/Despesas	86,5%	88,3%	90,3%	90,2%	100,7%	107,3%	74,3%	80,4%	38,4%	43,6%

O Millenniumbcp Ageas executa com regularidade análises de sensibilidade às principais rubricas de custos que resultam da sua atividade de negócio, considerando para o efeito os possíveis impactos gerados nos resultados do exercício antes de impostos:

NÃO VIDA [EUR]

Análises de sensibilidade	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2012	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2011
Custos de exploração -10%	6.985	6.767
Custos com sinistros +5%	(6.613)	(6.683)

Risco Operacional

Modelo de Governo do Risco Operacional

O risco operacional resulta do risco de perdas resultantes da inexecução ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

Do ponto de vista do modelo de governo, o Departamento de Gestão de Risco e Atuariado suporta um comité dedicado a este risco, denominado ORIC (risco operacional e controlo interno), o qual está focado na eficácia e aperfeiçoamento da gestão do risco operacional transversal a todo o Grupo.

O risco operacional no Millenniumbcp Ageas é gerido de acordo com o modelo de três linhas de defesa, estando as responsabilidades claramente definidas para cada uma dessas linhas. Neste sentido, foi criado o comité de risco operacional e de controlo interno que gere o risco operacional no Grupo. Além disso, o Millenniumbcp Ageas adotou uma abordagem *Top-Down* e *Bottom-Up*. Estas duas abordagens são sinérgicas, quando implementadas conjuntamente, permitem uma perceção global do risco através dos principais riscos operacionais que são incluídos no *Key Risk Report* e discutidos no comité de risco mantendo a atenção e focalizando nos processos do Grupo através do desenho dos processo de controlo interno, levando a uma mudança global da gestão de risco.

Gestão dos Riscos Operacionais

Por forma a assegurar, em todos os momentos, que as causas subjacentes e exposições ao risco operacional são identificadas, avaliadas e abordadas pelo Millenniumbcp Ageas, a gestão do risco operacional foi definida como componente principal da estrutura (ERM) do Grupo.

Em particular, engloba processos de todo o Grupo, tais como:

- › Base de dados de perdas: assegurar a consciência dentro do Grupo sobre as perdas incorridas (em termos de montantes e frequência). Uma vez que

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

a infraestrutura está ainda no seu estado inicial de desenvolvimento, há um compromisso por parte da Gestão do Risco local e do Grupo Ageas de incentivar tais ferramentas de gestão de risco operacional;

- › **Key Risk Reporting:** realização periódica de relatórios de risco por forma a garantir uma visão prospetiva sobre o perfil de risco do Grupo, com enfoque no risco operacional. A abordagem consiste numa análise de risco ascendente de autoavaliação visando identificar e avaliar os riscos enfrentados pelo Grupo;
- › **Gestão da continuidade do negócio:** processo de gestão que identifica as potenciais ameaças para o Grupo e o impacto nas operações de negócio, que essas ameaças possam ter no caso de ocorrerem. Fornece uma estrutura para a construção de flexibilidade organizacional com a capacidade de dar uma resposta efetiva que salvaguarde a reputação, os interesses dos seus acionistas, marca e valor;
- › **Segurança de Informação:** define a estrutura organizacional, gestão e corpo de responsabilidades e as diretivas de informação de segurança aplicadas através do Millenniumbcp Ageas;
- › **Declaração de Controlo de Gestão:** enquanto o risco operacional incide sobre os riscos operacionais de evento, o controlo de gestão está associado ao risco de negócio. As equipas de gestão assinam as suas declarações de controlo de gestão no final de cada ano, que é um testemunho do funcionamento da gestão de risco e do sistema de controlo interno durante o ano;
- › **Desenho de processos (BPM) Controlo Interno:** tem como principal objetivo fortalecer o sistema de controlo interno, permitindo que o risco operacional seja gerido numa perspetiva “Bottom-up”. Consequentemente, através do desenho de processos do controlo interno, o Grupo:
 - Identifica e documenta todos os processos transversais a todo o Grupo;
 - Identifica e avalia os principais riscos associados aos processos;
 - Estabelece e avalia quais os controlos que vigoram e que mitigam esses riscos, e;
 - Define os principais riscos e os indicadores de desempenho por forma a monitorizar esses processos.

Esta estrutura é suportada por um regulamento de risco operacional específico (tendo por base a respetiva política do Grupo Ageas). Define os princípios de alto nível para a identificação, quantificação, monitorização e comunicação de riscos operacionais encontrados na execução de atividades de negócios do dia-a-dia pelo Millenniumbcp Ageas. Como próximos passos, estes princípios serão implementados para processos mais detalhados que precisam de ser seguidos em cada uma das linhas de negócio.

Adicionalmente, este regulamento define as funções e as responsabilidades dos Comitês e unidades de negócios e fornece uma estrutura de governo onde a gestão dos riscos operacionais ocorre. Este regulamento define a interação entre o Grupo Ageas e o Millenniumbcp Ageas relativamente a risco operacional e descreve requisitos de informação.

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio Vida e Não Vida é a seguinte:

LINHA DE NEGÓCIO NÃO VIDA 2012 [EUR]	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Seguro direto					
Acidentes e doença	155.979.101	158.848.552	102.425.177	28.871.122	(28.174.073)
Incêndio e outros danos	44.503.584	44.031.312	20.453.781	12.226.912	(6.992.997)
Automóvel					
Responsabilidade civil	12.340.714	11.894.073	7.683.102	2.132.647	211.248
Outras coberturas	8.189.459	8.272.862	7.190.282	3.278.278	(352.253)
Marítimo, aéreo e transportes	961.986	792.289	184.484	516.270	(259.165)
Responsabilidade civil geral	2.587.716	3.282.309	688.653	725.141	(1.764.406)
Crédito e caução	5.146	5.123	19.225	10.867	—
Proteção jurídica	376.646	385.974	—	42.930	(67.130)
Assistência	2.642.342	2.913.328	235.751	305.234	(1.837.180)
Diversos	783.499	799.381	192.742	198.234	(166.509)
Total não vida	228.370.192	231.225.203	139.073.195	48.307.635	(39.402.465)
Resseguro aceite	11.875.385	11.912.085	12.090.117	11.021.075	21.376.318
Total	240.245.577	243.137.288	151.163.312	59.328.710	(18.026.147)

LINHA DE NEGÓCIO NÃO VIDA 2011 [EUR]	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Seguro direto					
Acidentes e doença	154.658.369	160.144.723	103.321.705	28.610.523	(26.371.628)
Incêndio e outros danos	42.403.926	42.239.842	22.341.624	11.681.226	(3.052.024)
Automóvel					
Responsabilidade civil	11.012.344	10.810.976	10.073.215	2.107.720	247.045
Outras coberturas	9.996.220	9.908.765	6.970.360	3.058.896	(364.726)
Marítimo, aéreo e transportes	574.589	588.170	359.480	428.984	(64.443)
Responsabilidade civil geral	3.705.387	3.536.916	520.227	631.554	(2.165.302)
Crédito e caução	5.554	6.536	8.236	13.736	—
Proteção jurídica	375.552	359.448	—	39.870	(33.656)
Assistência	2.952.320	2.920.785	360.004	352.991	(1.748.175)
Diversos	768.092	750.176	783.994	72.972	438.947
Total não vida	226.452.352	231.266.337	144.738.845	46.998.472	(33.113.963)
Resseguro aceite	10.806.438	10.468.108	11.139.929	11.443.074	20.175.399
Total	237.258.790	241.734.445	155.878.774	58.441.545	(12.938.564)

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio Vida e Não Vida é a seguinte:

LINHA DE NEGÓCIO	Montantes pagos – prestações	Montantes pagos – custos gestão sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
NÃO VIDA 2012 [EUR]	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
Seguro direto				
Acidentes e doença	99.400.370	1.908.827	1.115.980	102.425.177
Incêndio e outros danos	16.300.672	1.497.833	2.655.276	20.453.781
Automóvel				
Responsabilidade civil	8.851.432	1.097.301	(2.265.631)	7.683.102
Outras coberturas	5.408.151	1.056.155	725.976	7.190.282
Marítimo, aéreo e transportes	153.950	39.675	(9.142)	184.484
Responsabilidade civil geral	630.982	77.529	(19.858)	688.653
Crédito e caução	12.178	8.126	(1.079)	19.225
Proteção jurídica	–	–	–	–
Assistência	(158.994)	13.454	381.292	235.751
Diversos	496.376	73.581	(377.215)	192.742
Total não vida	131.095.116	5.772.482	2.205.598	139.073.195
Resseguro aceite	7.720.672	4.097.009	272.434	12.090.117
Total	138.815.789	9.869.491	2.478.032	151.163.312

LINHA DE NEGÓCIO	Montantes pagos – prestações	Montantes pagos – custos gestão sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
NÃO VIDA 2011 [EUR]	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
Seguro direto				
Acidentes e doença	98.786.074	1.759.566	2.776.065	103.321.705
Incêndio e outros danos	18.667.791	1.385.494	2.288.339	22.341.624
Automóvel				
Responsabilidade civil	8.655.863	1.023.407	393.944	10.073.215
Outras coberturas	6.598.126	963.204	(590.970)	6.970.360
Marítimo, aéreo e transportes	287.828	39.545	32.106	359.480
Responsabilidade civil geral	852.545	72.219	(404.537)	520.227
Crédito e caução	–	6.916	1.320	8.236
Proteção jurídica	–	–	–	–
Assistência	2.008.573	11.455	(1.660.023)	360.004
Diversos	182.061	61.735	540.198	783.994
Total não vida	136.038.863	5.323.541	3.376.441	144.738.845
Resseguro aceite	6.220.310	3.642.876	1.276.743	11.139.929
Total	142.259.173	8.966.417	4.653.184	155.878.774

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio Vida e Não Vida é a seguinte:

	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2011	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2012 em relação a 2011	Reajustamentos
LINHA DE NEGÓCIO 2012 [EUR]	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Vida	56.089.209	53.041.576	14.809.480	11.761.847
Não Vida				
Acidentes e doença	54.739.832	25.910.665	28.540.038	(289.130)
Incêndio e outros danos	11.312.876	5.121.457	4.968.688	(1.222.732)
Automóvel				
Responsabilidade civil	21.082.256	4.321.586	12.999.698	(3.760.973)
Outras coberturas	1.919.886	1.099.190	335.002	(485.694)
Marítimo, aéreo e transportes	246.337	21.810	162.215	(62.312)
Responsabilidade civil geral	4.812.271	411.785	3.705.108	(695.379)
Crédito e caução	33.971	13.125	32.646	11.799
Proteção jurídica				
Assistência	57.657	185	2.583	(54.889)
Diversos	2.161.535	376.235	1.695.431	(89.869)
Total Não Vida	96.366.622	37.276.036	52.441.408	(6.649.178)
Total	152.455.831	90.317.612	67.250.888	5.112.669

	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2010	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 dezembro 2011 em relação a 2010	Reajustamentos
LINHA DE NEGÓCIO 2011 [EUR]	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Vida	39.052.200	48.162.926	17.304.900	26.415.626
Não Vida				
Acidentes e doença	50.560.087	24.219.562	26.270.195	(70.332)
Incêndio e outros danos	9.085.208	6.286.852	4.569.026	1.770.671
Automóvel	—	—	—	—
Responsabilidade civil	20.721.431	4.091.370	14.286.845	(2.343.215)
Outras coberturas	2.477.090	1.355.414	375.711	(745.963)
Marítimo, aéreo e transportes	214.231	203.039	166.273	155.081
Responsabilidade civil geral	5.216.808	616.543	3.987.010	(613.255)
Crédito e caução	32.651	975	32.646	970
Proteção jurídica	—	—	—	—
Assistência	(22.337)	(3.151.196)	4.770	(3.124.088)
Diversos	1.621.337	39.999	1.576.734	(4.603)
Total Não Vida	89.906.506	33.662.559	51.269.212	(4.974.733)
Total	128.958.705	81.825.485	68.574.112	21.440.893

Millenniumbcp Ageas – Requisitos de Solvência

O cálculo da margem de solvência é efetuado de acordo com a norma regulamentar n.º 6/2007-R do Instituto de Seguros de Portugal, sendo determinada com base nas demonstrações financeiras estatutárias a 31 de dezembro de 2012.

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

O Millenniumbcp Ageas monitoriza mensalmente o seu nível de solvência I, para o qual tem definido um objetivo operacional de 200%.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a margem de solvência do Grupo é analisada como se segue:

RÚBRICA [EUR]	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Capital	1.000.002.375	1.000.002.375
Reservas Legal e de Reavaliação	(125.236.307)	(435.405.780)
Resultados Transitados	381.221.043	365.278.815
Resultado Líquido do Exercício	93.692.370	16.412.472
Distribuição de Resultados do Exercício	(40.000.000)	—
Total Situação Líquida (1)	1.309.679.481	946.287.882
Ativos Intangíveis	(453.278.880)	(469.728.388)
Ajuste Pensões Reforma	(8.170.921)	(6.345.868)
Lucros Futuros Vida	—	—
Total (2)	(461.449.801)	(476.074.256)
Margem de Solvência Disponível (1) + (2)	848.229.680	470.213.626
Margem de Solvência Exigida	310.163.531	320.828.333
Excesso/Insuficiência	538.066.149	149.385.293
Rácio Solvência	273%	147%

Nota 39 – Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do spread atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela Ocidental Vida são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e Ativos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do spread atribuível ao emitente. No caso das ações não cotadas, são valorizadas ao custo histórico, sempre que

não exista valores de mercado disponíveis que suportem a sua cotação e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Investimentos detidos até à maturidade

Estes ativos financeiros estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

Nota 40 – Passivos contingentes e compromissos

Passivos contingentes

As Companhias do Grupo estão envolvidas em processos judiciais em Portugal, relacionados com ações movidas pelas Companhias e contra as mesmas, os quais estão relacionados com o decurso normal da sua atividade enquanto empresas de seguros, entidades empregadoras e contribuintes fiscais. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final dos processos judiciais em curso. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que, com as devidas reservas, a possibilidade de o desfecho dos processos judiciais em curso vir a ter um efeito material adverso nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo é remota.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2012 o total de garantias bancárias era de Euros 197.000 (2011: Euros 267.000). Estas garantias estão relacionadas com os processos de sinistro.

Compromissos

As Companhias do Grupo possuem diversos contratos de locação operacional de veículos. Os pagamentos efetuados no âmbito desses contratos de locação

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis são os seguintes:

EUR	Até 3 meses	3 – 12 meses	1 – 5 anos	Total
Rendas vincendas de contratos de leasing	174.013	471.359	1.142.998	1.788.370

Nota 41 – Demonstrações financeiras individuais da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.

As demonstrações financeiras individuais da Millenniumbcp Ageas são analisadas como segue:

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS [EUR]	2012	2011
Dividendos	4.500.000	7.000.000
Juros e outros proveitos similares	4.143.244	3.403.646
Total de proveitos	8.643.244	10.403.646
Total de custos	(1.235.848)	(998.798)
Resultado líquido do exercício	7.407.396	9.404.848

BALANÇO [EUR]	2012	2011
Investimentos em subsidiárias	999.953.125	999.953.125
Outros ativos	108.687.701	101.219.286
Total de ativos	1.108.640.826	1.101.172.411
Capitais próprios	1.108.153.266	1.100.745.870
Outros passivos	487.560	426.541
Total Capitais próprios e passivos	1.108.640.826	1.101.172.411

Nota 42 – Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de *bailout*

Com referência a 31 de dezembro de 2012 e 2011, a exposição à dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout* é apresentada em seguida:

ATRAVÉS DE INVESTIMENTO DIRETO

[EUR]

Emitente/Carteira	2012					
	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média	Nível de valorização
Portugal						
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Nível 1	693.032.669	693.032.669	(19.390.027)	3,7%	4.0	L1
Nível 2	7.264.205	7.264.205	(2.868.956)	5,3%	4.7	L2
Ativos financeiros detidos ao justo valor	261.124.937	261.124.937	41.014.137	4,6%	5.8	L1
Ativos financeiros detidos até à maturidade	527.493.676	617.147.038	–	4,2%	6.3	L1
Total	1.488.915.487	1.578.568.849	18.755.154	4,1%	5.2	–

INDIRETAMENTE, ATRAVÉS DE PRODUTOS ESTRUTURADOS

[EUR]

Emitente/Carteira	2012					
	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média	Nível de valorização
Portugal						
Ativos financeiros detidos ao justo valor	130.182.295	130.182.295	–	4,6%	5.9	L2
Total	130.182.295	130.182.295	–	4,6%	5.9	

ATRAVÉS DE INVESTIMENTO DIRETO

[EUR]

Emitente/Carteira	2011					
	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média	Nível de valorização
Portugal						
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Nível 1	386.300.859	386.300.859	(159.027.055)	4,0%	5.2	L1
Nível 2	25.427.822	25.427.822	(11.493.728)	3,8%	3.7	L2
Ativos financeiros detidos ao justo valor	32.125.752	32.125.752	(15.751.787)	4,2%	5.0	L1
Ativos financeiros detidos até à maturidade	504.487.799	414.471.752	–	4,2%	7.3	L1
Total	948.342.233	858.326.186	(186.272.571)	4,1%	6.2	

INDIRETAMENTE, ATRAVÉS DE PRODUTOS ESTRUTURADOS

[EUR]

Emitente/Carteira	2011					
	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média	Nível de valorização
Portugal						
Ativos financeiros detidos ao justo valor	57.638.192	57.638.192	(46.445.575)	4,7%	7.1	L2
Total	57.638.192	57.638.192	(46.445.575)	4,7%	7.1	
Grécia						
Ativos financeiros detidos ao justo valor	39.495.554	39.495.554	(109.746.385)	4,2%	3.8	L2
Total	39.495.554	39.495.554	(109.746.385)	4,2%	3.8	

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

À data de 31 de dezembro de 2011, a posição detida em dívida Grega incluída nos ativos disponíveis para venda foi vendida na totalidade. A imparidade reconhecida em 2011 relativa a esta dívida ascendeu a Euros 52.618.000 (ver nota 11).

Nota 43 – Normas contabilísticas recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Grupo aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IFRS 7 (Alterada) – Instrumentos Financeiros: Divulgações -Transferências de ativos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 7 de Outubro de 2010, alterações à “IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Transferências de ativos financeiros”, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2011. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1205/2011, de 22 de Novembro.

As alterações exigem uma melhoria na divulgação de informação sobre as transferências de ativos financeiros que permita aos utentes das demonstrações financeiras:

- › Compreenderem a relação existente entre um ativo financeiro transferido, que não tenha sido desreconhecido contabilisticamente em toda a sua plenitude, e o passivo associado; e
- › Avaliarem a natureza do envolvimento continuado e os riscos associados ao ativo financeiro desreconhecido.

As alterações também passaram a exigir divulgações adicionais caso uma quantia desproporcionada de operações de transferência de ativos financeiros ocorra próximo do final do período.

O Grupo não teve quaisquer impactos decorrentes da adoção destas alterações.

IAS 12 (Alterada) – Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes

O IASB, emitiu em 20 de Dezembro de 2010, uma alteração à “IAS 12 – Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes” (tendo revogado a “SIC 21 – Impostos sobre o Rendimento – Recuperação de Ativos Não Depreciáveis Revalorizados”), com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2012. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

Na sequência da alteração à IAS 12, os impostos diferidos relativos às propriedades de investimento devem ser mensurados assumindo que o valor contabilístico das propriedades de investimento registadas com base no modelo

de justo valor de acordo com a “IAS 40 – Propriedades de Investimento”, será recuperado integralmente por via da venda. Anteriormente, era permitido assumir que o valor de balanço das propriedades de investimento seria recuperado pela venda ou pelo uso, conforme a intenção do órgão de gestão.

O Grupo não teve quaisquer impactos decorrentes da adoção desta alteração.

O Grupo decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

Apresentação de itens em outro rendimento integral – alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

O IASB, emitiu em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2012. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho.

A presente alteração, permite que uma entidade continue a apresentar duas demonstrações separadas, uma de resultados e outra de rendimento integral (com esta última a iniciar pelos resultados e contemplar outro rendimento integral), impõe porém a:

- Apresentação separada das rubricas de outro rendimento integral que possam vir a ser reclassificadas para resultados, das que nunca poderão ser objeto de tal reclassificação para resultados;
- Uma entidade que apresente as rubricas de outro rendimento integral antes do efeito fiscal, deverá igualmente afetar o efeito fiscal às duas subcategorias referidas ponto anterior; e
- Alteração da designação “demonstração de rendimento integral” para “demonstração de resultados e de outro rendimento integral”, ainda que outro título possa ser utilizado.

As alterações afetam apenas a apresentação e não têm qualquer impacto na posição financeira ou performance do Grupo.

IAS 19 (Alterada) – Benefícios dos empregados

O IASB, emitiu em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 19 – Benefícios dos empregados”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho de 2012.

O IASB procedeu a diversas alterações na IAS 19. Este conjunto de alterações inclui alterações fundamentais, como a remoção da opção pelo mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados dos ativos do plano, como simples clarificações e reajustamentos de texto. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de benefícios pós-emprego serão diretamente reconhecidas no Capital, em outro rendimento integral (OCI). A norma alterada terá impacto no gasto líquido com os benefícios, já que o retorno esperado dos ativos do plano

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

passa a ser calculado utilizando a mesma taxa de juro aplicável ao desconto da obrigação de benefício definido.

O Grupo ainda está a avaliar o impacto total esperado da aplicação da nova IAS 19.

IFRS 7 (Alterada) – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações passaram a exigir que a entidade divulgue informação sobre as quantias compensadas na demonstração da posição financeira e a natureza e extensão dos direitos de compensação e acordos similares (ex. colaterais).

As novas divulgações são aplicáveis a todos os instrumentos financeiros reconhecidos que sejam compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também são aplicáveis a instrumentos financeiros reconhecidos que sejam sujeitos a um contrato principal (*master*) de compensação ou acordo similar, independentemente de terem sido ou não sido compensados de acordo com a IAS 32.

O Grupo espera que a adoção das alterações à IFRS 7 passe a exigir maior extensão nas divulgações sobre direitos de compensação.

IAS 32 (Alterada) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros, e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

O Grupo não espera impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações à IAS 32, tendo em conta a política contabilística já adotada.

IAS 27 (Alterada) – Demonstrações Financeiras Separadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro.

Tendo presente a revisão do processo de definição do perímetro de consolidação segundo o IFRS 10, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe.

A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

O Grupo não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre os dois. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

da IAS 27 para esta norma e ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

No entanto, o Grupo não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 11 – Acordos Conjuntos

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações respetivos, e os contabilize em conformidade.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. Em seu turno, entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

O Grupo ainda não procedeu a uma análise completa sobre os impactos da aplicação desta norma. No entanto, o Grupo não antecipa qualquer impacto significativo na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IAS 28 (Alterada) – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de Janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

O Grupo não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 12 – Divulgação de participações em outras entidades

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: a) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; b) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

O Grupo está ainda a analisar os impactos da aplicação plena da IFRS 12, em linha com a adoção da IFRS 10 e IFRS 11.

IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

A IFRS 13 proporciona uma única fonte de orientação de como é obtida a mensuração ao justo valor e substitui toda a orientação que se encontra, presentemente, dispersa ao longo das IAS/IFRS. Sujeito a exceções limitadas, a IFRS 13 é aplicada quando a mensuração ao justo valor, ou a sua divulgação, é exigida, ou permitida, por outras IAS/IFRS.

O Grupo está presentemente a rever as suas metodologias para a determinação do justo valor com o objetivo de determinar se esta norma terá algum impacto nas suas demonstrações financeiras.

Embora a maior parte das divulgações exigidas pela IFRS 13 relativas a ativos e passivos financeiros já estivessem em vigor, a adoção da IFRS 13 irá exigir que o Grupo proporcione divulgações adicionais. Estas incluem a divulgação da hierarquia do justo valor para ativos/passivos não financeiros, e divulgações sobre mensurações de justo valor que sejam categorizadas como nível 3.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para o Grupo:

Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de Outubro de 2012)

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar estas alterações na mesma data de aplicação plena da IFRS 10.

O Grupo não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2009-2011)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de Maio de 2012 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013 às normas IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32, IAS 34 e IFRIC 2.

IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é relativa ao do período anterior.

IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de ativos fixos tangíveis não sendo assim contabilizados em inventários.

IAS 32 Instrumentos Financeiros e IFRIC 2

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na “IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento”, evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

IAS 34 Reporte Financeiro Intercalar

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos ativos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efetuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

O Grupo não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações, tendo em conta que as políticas contabilísticas adotadas encontram-se em linha com as orientações emitidas.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. O IASB tem presentemente um projeto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros e a contabilidade de cobertura.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo de forma a colher os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes ativos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo hóspede (contrato principal) seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra de forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

02

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

A IFRS 9 torna-se efetiva para períodos anuais que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2015 com adoção antecipada permitida. O IASB decidiu proceder a alterações imitadas à IFRS 9 de forma a acomodar questões práticas e outros aspetos.

O Grupo iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respetiva avaliação. Dada a natureza das atividades do Grupo, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

**RELATÓRIO
E PARECER
DO CONSELHO
FISCAL**

03

Relatório
e Parecer
do Conselho
Fiscal

Exercício de 2012

Senhores Accionistas,

1.

No cumprimento das disposições legais e do contrato de sociedade o Conselho Fiscal da MILLENNIUMBCP AGEAS – Grupo Segurador, SGPS, S.A., no exercício das suas competências, e após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados e dos demais elementos de prestação de contas, individuais e consolidados, preparados pelo Conselho de Administração, que acompanham o Relatório de Gestão, relativos ao Exercício de 2012, vem apresentar o seu Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e dar Parecer sobre esses mesmos elementos de prestação de contas.

No Relatório e Parecer agora apresentado, o Conselho Fiscal engloba os resultados da análise e verificação a que procedeu às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que traduzem a agregação da actividade anual do conjunto de empresas que compõem o universo da MILLENNIUMBCP AGEAS – Grupo Segurador, SGPS, S.A.

2.

O Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a actividade da MILLENNIUMBCP AGEAS – Grupo Segurador, SGPS, S.A., através das reuniões de acompanhamento que periodicamente manteve com o Conselho de Administração e com os Serviços, tendo sempre obtido toda a informação necessária ao desempenho das funções de fiscalização.

3.

O Conselho Fiscal analisou também a Certificação Legal das Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e obteve desta, igualmente, as informações de que careceu para o exercício das tarefas de fiscalização.

4.

No Relatório de Gestão que elaborou o Conselho de Administração explicita a forma como se processou a evolução dos negócios em ambiente de crise e recessão económica. Refere em pormenor os principais acontecimentos que, no decorrer do exercício, caracterizaram o conjunto das actividades do Grupo nos ramos de seguros e da gestão de fundos de pensões, situação que globalmente lhe continuam a conferir posição de destaque no conjunto das seguradoras e a manutenção da liderança no mercado dos fundos de pensões.

Para o Conselho Fiscal, em síntese, tendo presente que em 2012 o sector segurador apresentou, face ao ano anterior, um decréscimo no volume de negócios de 7,1%, deve ser evidenciado:

4.1

Na perspectiva do posicionamento do Grupo no mercado específico em que opera:

- › a manutenção da sua posição de forte grupo segurador nacional, atingindo, no final de 2012, as quotas de mercado ao nível de volume de prémios de seguro directo, global de 9,1% (11,3% em 2011), no ramo Vida de 11% (14,5% em 2011) e no ramo Não Vida de 5,7% (5,5% em 2011);
- › a manutenção da posição de liderança na área de Fundos de Pensões representando uma quota de mercado de 29,1% e um volume de activos sob gestão de 4.190 milhões de euros, comparável com 3.865 milhões de euros do ano anterior.

4.2

Em termos de produção consolidada do Grupo, e onde a evolução global do sector registou um decréscimo do volume de prémios de 7,1%, a MILLENNIUMBCP AGEAS – Grupo Segurador, SGPS, S.A.:

- › registou um volume de prémios de seguro directo e de contratos de investimento de 991 milhões de euros;
- › obteve, relativamente ao ano anterior, no ramo Vida um decréscimo produção de 28,7% e nos ramos Não Vida um crescimento de 0.8%, devendo salientar-se que a evolução do mercado segurador nacional registou decréscimos de 8,9% no ramo Vida e de 3,8% nos ramos Não Vida;
- › alcançou uma margem técnica consolidada, antes de imputação de custos administrativos, de 226 milhões de euros, superior em 91,4% à que foi registada em 2011;
- › apresentou um rácio de solvência consolidado de 273%.

4.3

No que se refere à estrutura de capital e resultados:

- › aumento dos capitais próprios em 403 milhões de euros;
- › obtenção de um resultado líquido consolidado de 93,7 milhões de euros, comparável com 16,4 milhões de euros registado em 2011.

5.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral da MILLENNIUMBCP AGEAS – Grupo Segurador, SGPS, S.A., aprove:

- › o Relatório, o Balanço e as restantes demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Sociedade, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012;
- › a proposta de apresentação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 04 de Março de 2013

O Conselho Fiscal

Joaquim Patrício da Silva (Presidente)

José Rodrigues de Jesus (Vogal)

António F. Nogueira Chaves (Vogal)

**RELATÓRIO
DO REVISOR
OFICIAL
DE CONTAS**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

- 1** Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 12.022.760.518 euros, e um total de capital próprio de 1.349.679.481 euros, incluindo um resultado líquido de 93.692.370 euros), as demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

- 2** É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar nº 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar nº 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar nº 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das Empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, os fluxos de caixa consolidados e as alterações nos seus capitais próprios consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3** A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

- 4** O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas;
 - a verificação das operações de consolidação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.**, em 31 de Dezembro de 2012, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, os fluxos de caixa consolidados e as alterações nos capitais próprios consolidados referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar nº 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar nº 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar nº 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 15 de Março de 2013



KPMG & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Maria Inês Rebelo Filipe (ROC n.º 1445)

MILLENNIUMBCP AGEAS

Tagus Park – Edifício 10
2744-005 Porto Salvo
Portugal
T: 21 004 24 90
F: 21 006 68 65